



Índice

- 01** Regularização de comunidades quilombolas é pauta de audiência pública em Salvador
- 02** STF vota petição que trata de embargos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR)
- 03** Yanomami desenvolvem pesquisa intercultural sobre plantas medicinais em oficinas
- 04** Caingangues agradecem Richa pelas escolas indígenas no PR
- 05** IFPI lança Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
- 06** Comitê Intertribal define nomes de etnias nacionais que disputarão os Jogos Indígenas
- 07** Expressão Nacional discute empreendedorismo indígena
- 08** Adaptação é obstáculo no retorno dos juma ao Purus (AM)
- 09** MPF realiza audiência pública sobre comunidade quilombola Rio dos Macacos nesta quarta-feira (23)
- 10** Ruralista acusa insegurança jurídica e demora no processo de quilombos
- 11** Sessão Especial debate políticas públicas para povos e comunidades tradicionais
- 12** Carta – Manifesto Fórum de Mulheres Negras de Minas Gerais
- 13** Fiscalização flagra trabalho escravo em fazenda de irmão da senadora Kátia Abreu



- 14 Ministra diz que índios devem ter acesso a serviços públicos mesmo vivendo em áreas sob disputa
- 15 Menina de nove anos salta de moto e é salva por índio de estupro no interior de MS
- 16 Evento discute políticas para povos indígenas no Sertão do Estado
- 17 Inscrições para curso de Atletismo encerram amanhã
- 18 Senado realiza debate sobre impactos da demarcação de terras indígenas na agricultura
- 19 Comunidade quilombola de Senador Rui Palmeira recebe orientações para a prevenção do câncer de colo de útero e de mama
- 20 Quilombo Peixoto dos Botinhas recebe doação de computadores
- 21 MPF requer demarcação de terra indígena e indenização de R\$ 3,2 milhões à Agropecuária Pedra Branca
- 22 MA – Quilombolas retomam território
- 23 Jovens guarani kaiová de MS cobram garantia dos direitos indígenas
- 24 Recursos podem ser julgados hoje no STF
- 25 TRACOMA: Profissionais de saúde fazem busca ativa na Casa do Índio
- 26 O retorno à terra dos Tupinambás
- 27 CNBB publica nota sobre julgamento das condicionantes da Raposa Serra do Sol
- 28 MPF ajuíza ação para que guatós tenham acesso à água potável



-
- 29** AM – Indígenas prometem interditar BR-319 hoje, 23, em protesto contra [não] demarcação de terras
 - 30** Seminário sobre as 19 condicionantes reuniu ontem lideranças indígenas da Raposa Serra do Sol para debater direitos indígenas garantidos na Constituição Federal
 - 31** Aty Guasu: Decisão dos Povos Indígenas Guarani e Kaiowá sobre a votação, esta tarde, das condicionantes de RSS no STF
 - 32** Mobilização em Raposa Serra do Sol (RR) reúne mais de mil indígenas para acompanhar julgamento do STF
 - 33** Ex-ministros do STF dizem que condições impostas à Raposa Serra do Sol não se aplicam a outros casos. Julgamento no STF começa às 14h
 - 34** Livro com receitas indígenas e visitas de chefs a tribos marcam interesse por essas tradições
 - 35** Povos Indígenas do sul do Amazonas e Rondônia exigem respeito à Constituição Brasileira
 - 36** A Raposa e os índios
 - 37** Representação da FCP – MinC na Bahia começa temporada de visitas aos quilombos do estado
 - 38** Situação dos guaranis-kaiowás é a que mais preocupa o governo, diz Gilberto Carvalho



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

-
- 39** Índios saem do encontro para fechar a BR-319
 - 40** Supremo julga recursos da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima
 - 41** Jogos dos Povos Indígenas aplicam ciência tradicional ao esporte
 - 42** Direito dos quilombolas à terra que ocupam é aprovado pela CDH
 - 43** Órgãos estaduais e federais anotam demandas em audiência pública sobre quilombolas das RMs e do Recôncavo



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Regularização de comunidades quilombolas é pauta de audiência pública em Salvador
SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 21.10.2013

Discutir soluções para os impasses de regularização fundiária, titulação e relatórios antropológicos (RTIDs) das comunidades quilombolas da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Recôncavo Baiano é o objetivo da audiência pública que acontece nesta terça-feira (22), às 13h, em Salvador\BA.

A audiência é resultado de articulações entre Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), Movimento de Pescadoras e Pescadores, Conselho Pastoral de Pescadores e Associações Quilombolas do Recôncavo e RMS, em parceria com outras organizações da sociedade civil e órgãos governamentais.

Além da presença de 40 comunidades quilombolas, a audiência contará com representantes da Fundação Cultural Palmares – MinC (FCP), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério Público Federal (MPF).

Segundo o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da FCP, Alexandro Reis, a FCP vai apresentar, durante a audiência, ações que respondem necessidades já apresentadas pelas comunidades quilombolas. “Nosso objetivo é atender as demandas dos quilombolas, que já nos solicitaram a criação de uma Procuradoria Federal Especial, assistência jurídica o fortalecimento de atividades artísticas e culturais”, afirma.

O evento é aberto ao público e acontece na Antiga Escola de Medicina da Bahia, localizada no Terreiro de Jesus, Pelourinho.

STF vota petição que trata de embargos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR)
SÍTIO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 21.10.2013



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, cravou na pauta da Corte da próxima quarta-feira, 23, o julgamento da Petição 3388 referente aos embargos de declaração apresentados à decisão que reconheceu a constitucionalidade da demarcação - em área contínua - da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, em 2009.

Como forma de questionar a decisão da Corte Suprema, os embargos foram impetrados por ruralistas e fazendeiros, então ocupantes de Raposa e contrários à demarcação, mas

também pelas comunidades indígenas de Raposa, Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público Federal (MPF), que questionam 19 condicionantes impostas às providências executivas de homologação da terra.

Tais condicionantes foram propostas no voto do ex-ministro do STF, Carlos Alberto Menezes Direito, que faleceu ainda em 2009. Quase quatro anos se passaram sem que elas fossem julgadas e as condicionantes se tornaram parte da retórica ruralista para justificar posições contrárias às novas demarcações, todavia uma pedra amarrada aos pés dos direitos indígenas.

A utilização, porém, das condicionantes extravasou a bancada ruralista no Legislativo e mobilizou o Executivo: o ministro Luiz Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU), usou-as para baixar a Portaria 303. Um dos pontos mais controversos da portaria é a possibilidade de intervenções em terras indígenas sem consulta aos povos que nelas habitem, além de estender as condicionantes para as demais terras indígenas brasileiras.

Alguns artigos da Portaria 303 são cópias de pontos das condicionantes. Depois de protestos, exaurindo e desidratando os argumentos do ministro, o movimento indígena conseguiu a suspensão da medida. Adams insistia na validade das condicionantes, mesmo sem a votação dos embargos pela corte do STF. O fato é que parte das condicionantes vem servindo de base para projetos de leis, portarias e propostas nocivos aos direitos indígenas.

CONT.



“Este momento é especial porque é exatamente o momento onde os direitos indígenas são questionados. O Supremo tem a prerrogativa de analisar se as condicionantes vão de encontro com os direitos conquistados. No contexto histórico, esse julgamento então tem uma importância considerável. Temos convicção de que os ministros do STF fazem tal leitura”, destaca um dos advogados das comunidades indígenas de Raposa Serra do Sol, Adelar Cupsinski.

Condições ao direito?

Das 19 condições à demarcação propostas pelo ex-ministro Menezes Direito, ao menos 90% delas já estão referendadas na Constituição Federal e Decreto 1775/96. Ou seja, são contempladas em seus fins e como parte dos ritos de demarcação de terras indígenas. No entanto, algumas destas condicionantes preocupam os povos indígenas porque criam complementações às leis existentes e, ao mesmo tempo, vão de encontro a elas.

A exceção ao usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre as terras tradicionais, sem a necessidade de consulta às comunidades, aparece em duas condicionantes. Entre as exceções estão as intervenções militares, exploração de alternativas energéticas, logísticas e equipamentos públicos. O artigo 231 da Constituição – “Dos Índios” – pede uma lei complementar para regulamentar tais exceções.

No Legislativo existem ao menos três propostas em tramitação (PLP 227/12, PLP 260/91, votado no Senado, e outro ainda sem número do senador Romero Jucá) que visam regulamentar o artigo 231. Em todos os casos as duas condicionantes estão contempladas, ampliando apenas para o setor que o deputado ou senador que fez a proposição responde ao interesse, no caso o agronegócio, mineração e projetos do Executivo no tocante aos grandes empreendimentos.

Diante destas condicionantes, uma dúvida é ventilada pelos povos indígenas: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo governo brasileiro em 2004 e com poder de lei nacional, cujo conteúdo garante aos povos o direito a consulta quando intervenções ocorrerem em suas terras, não é desrespeitada diante de tais condições?

“A convenção trouxe algo muito importante para nós: nada nesse país que nos afete pode ser decidido sem nossa participação. O branco diz que o Estado brasileiro é democrático, cria instrumentos, mas fica só na aparência. Não nos opomos ao crescimento do país, mas isso não pode significar destruição e sofrimento aos povos indígenas”, declara Sônia Bone Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Já em outra condicionante, o ministro determina que o Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMbio) passe a se responsabilizar pelo usufruto dos índios em áreas afetadas por unidades de conservação. A Funai prestaria consultoria ao instituto. As comunidades indígenas teriam participação nessa gestão, em caráter apenas opinativo. Porém, se o direito à terra pelos indígenas é originário, ele não vem antes da delimitação das unidades de conservação?

CONT.



A posse permanente e o usufruto exclusivo são constrangidos, conforme os advogados das comunidades indígenas de Raposa.

Nas demais condicionantes que suscitam dúvidas entre os indígenas estão: a admissão e trânsito de não-indígenas nas terras tradicionais conforme orientação da Funai, quando deveria ser dos povos que nelas vivem, além de ficar vedada às comunidades afetadas por empreendimentos a cobrança de indenização pelos impactos gerados no meio ambiente físico e cosmológico. Por fim, outra condicionante é alvo de muitas dúvidas entre as lideranças indígenas: a proibição de ampliação de terras indígenas já demarcadas.

Os argumentos dos indígenas e alguns juristas, caso de Dalmo Abreu Dallari, dão conta de que quando uma terra tradicionalmente ocupada não é corretamente demarcada, as comunidades ficam alienadas da posse determinada pela Constituição Federal, acarretando prejuízos também para a União, e o usufruto exclusivo das riquezas naturais é ferido, gerando lesão ao patrimônio público.

“Então não se trata de ampliação, mas de reparação de um erro. Muitas terras, inclusive, foram demarcadas em períodos históricos de desmandos estatais, de exceção, deixando de fora da demarcação, de forma proposital para benefício de terceiros, áreas tradicionais vitais à sobrevivência dos povos”, aponta o cacique Marcos Xukuru, membro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Yanomami desenvolvem pesquisa intercultural sobre plantas medicinais em oficinas
SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 21.10.2013

Oficina sobre os remédios da floresta Yanomami organizada pelo ISA e Hutukara teve como foco a formação de pesquisadores e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais

Entre 24 de setembro e 3 de outubro aconteceu na comunidade Watoriki, região do Demini, na Terra Indígena Yanomami, a segunda oficina de pesquisa intercultural sobre os remédios da floresta Yanomami, conhecidos como hwerimamotima thëpë. A atividade, que tem como foco a formação de pesquisadores Yanomami e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, foi organizada pela Hutukara e pelo ISA como forma de reapropriação e ampliação de uma pesquisa etnobotânica acadêmica realizada há cerca de 20 anos.



Pesquisadores entrevistam os anciãos sobre o uso das plantas
Vicente Coelho-ISA

Entre 1993 e 1994, a pedido do então projeto de saúde da CCPY – Comissão Pró-Yanomami, o antropólogo Bruce Albert, do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), na França, e o botânico Willian Milliken, do Royal Botanic Gardens, localizado em Kew, subúrbio de Londres, realizaram um extenso levantamento sobre as plantas medicinais Yanomami com o objetivo de aprimorar o atendimento de saúde à este povo por meio da valorização da medicina tradicional. Foram levantadas 114 espécies de plantas e o material foi organizado em um projeto de livro (Hwërimamotima thëpë. Um primeiro manual de plantas medicinais Yanomami, ms, 207 pp.).

CONT.

Na época, porém, a publicação deste manuscrito acabou sendo cancelada, considerando que tanto a organização política dos Yanomami frente à sociedade nacional quanto a proteção jurídica dos conhecimentos indígenas eram ainda incipientes. Decidiu-se, portanto, esperar que os Yanomami tivessem melhores condições de controlar a divulgação de seus conhecimentos tradicionais e que a reflexão jurídica sobre o tema se consolidasse.

Nos últimos vinte anos, além dos progressos legislativos que acompanharam a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a CCPY, e posteriormente o ISA, desenvolveram (desde 1998) um projeto educativo intercultural que garantiu a formação de uma geração de professores e pesquisadores yanomami e viabilizou a criação da Hutukara Associação Yanomami em 2004.

Em recente seminário realizado pelo ISA e pela Hutukara a fim de avaliar a situação do Projeto de Educação Yanomami, abordou-se o tema do incentivo às pesquisas auto-etnográficas Yanomami como uma das linhas prioritárias de valorização e perenização dos avanços realizados em 14 anos. Na ocasião, lideranças yanomami apontaram o conhecimento sobre plantas medicinais como uma prioridade a ser pesquisada. Daí surgiu a proposta de restituir os dados etnobotânicos coletados na década de 1990 à comunidade que os transmitiu, retomando a pesquisa sob a autoria dos próprios Yanomami, em sua própria língua e com a colaboração dos pesquisadores não indígenas e técnicos do ISA.



Pesquisadores Yanomami coletam amostras de plantas|
William Milliken

Foram então organizadas duas oficinas de pesquisa Yanomami sobre plantas medicinais na comunidade Watoriki, a primeira em novembro de 2012 e a segunda em setembro-outubro de 2013. Nove jovens pesquisadores formados pelo projeto de educação participaram das atividades, entre eles seis mulheres (Anita, Salomé, Ehuana, Suaná, Guiomar e Denise) e dois homens (Juninho, professor, e Nilson), sob a coordenação de Morzaniel Yanomami, da Hutukara. A equipe de pesquisa entrevistou longamente três homens de idade (pata thëpë) e grandes conhecedores da floresta (Justino, Lucas e Antônio), e contou com o apoio de uma equipe do ISA constituída pelo assessor Vicente Coelho e os pesquisadores associados Bruce Albert e William Milliken.

O roteiro da antiga pesquisa foi reformulado pelo grupo, elaborando-se um conjunto de perguntas em Yanomami para guiar as entrevistas dos pesquisadores com os pata thëpë (anciãos). A partir deste quadro o conjunto dos dados restituídos foi revisado, reorganizado e ampliado.

CONT.



130 espécies são utilizadas pelos Yanomami

A lista das espécies utilizadas pelos Yanomami de Watoriki nos tratamentos sintomáticos realizados após as sessões xamânicas chegou a um total de 130, sendo 115 espécies vegetais e 15 não vegetais (a maioria insetos). Para cada uma delas foram colhidas informações sobre: lugar de coleta, indicações de uso, partes usadas, modos de preparo e forma de administrar. A maior parte das espécies foi também experimentada e fotografada durante expedições “de trabalho de campo” da equipe da oficina em trilhas na floresta. Foram finalmente gravados depoimentos dos pata thëpë sobre o uso tradicional deste conhecimento terapêutico e o impacto negativo da história do contato sobre sua transmissão, bem como entrevistas dos jovens pesquisadores yanomami sobre a sua própria experiência.

Tanto a primeira quanto a segunda oficina foram realizadas em ambiente alegre e estudioso, no qual os mais velhos sentiram-se muito a vontade para repassar seus conhecimentos aos mais jovens que os anotaram e comentaram com muita atenção. Durante estas muitas conversas e depoimentos definiram-se também pontos importantes para a continuidade da pesquisa na sua fase de publicação e divulgação, bem como para sua “exportação” em outras áreas da Terra Indígena e, de modo geral, para a salvaguarda e transmissão deste patrimônio Yanomami.

O sistema de cura Yanomami tem como principal pilar a atuação dos xamãs focalizada na etiologia das doenças, buscando portanto agir sobre os diversos agentes e vetores maléficos identificados com a origem dos danos infligidos à imagem (utupë) dos pacientes. Já a cura com remédios da floresta, empreendida após a sessão xamânica, visa geralmente atuar na redução dos sintomas, como febres, tosse, dores diversas, etc. (Saiba mais no livro Saúde Yanomami: um manual etnolingüístico). O conhecimento sobre estes remédios era mantido e repassado tradicionalmente pelas mulheres idosas, que os aplicavam em complemento e em acordo com o trabalho de cura dos xamãs.

Conhecimento ficou guardado por alguns homens mais velhos

A maioria das mulheres idosas e adultas, conhecedoras dos remédios da floresta de Watoriki, no entanto, morreu nos anos 1970 por conta das epidemias que assolaram a região dos rios Mapulau e Catrimani népoca. Sendo assim, o conhecimento fitoterapêutico do grupo ficou guardado apenas por alguns dos homens mais velhos cujas mães foram as últimas a morrer.

Tratando-se de um saber antes transmitido de mães às filhas, inexistem, portanto, desde o fim dos anos 1970, contextos e canais sociais que propiciem a transmissão dos conhecimentos fitoterápicos destes poucos homens mais velhos para as meninas e jovens mulheres da aldeia. De fato, o trabalho das oficinas deixou claro que o conhecimento botânico destes homens tinha sido transmitido aos pesquisadores nos anos 1990, porém não às mulheres da aldeia, antes ou depois desta pesquisa.

De certa maneira, o novo contexto social estabelecido pela oficina, reunindo principalmente jovens mães/pesquisadoras e homens mais velhos do grupo/“informantes”, contribui para

CONT.



conectar uma linha de transmissão culturalmente inédita, favorável à um retorno deste conhecimento ao mundo feminino. Antes da oficina as jovens mulheres conheciam de cinco à sete espécies dos 135 remédios da floresta enumerados pelos pata thëpë, justamente aqueles que suas mães, tendo perdido suas próprias mães quando eram crianças ou muito novas nos anos 1970, também conheciam.

Seguindo os objetivos definidos nas oficinas será elaborado a partir do material recolhido, um manual voltado para o uso cotidiano dos yanomami, apresentando agrupamentos de plantas relevantes em função dos males a serem tratados. Espera-se, assim, que o livro contribua para a disseminação prática deste conhecimento às novas gerações, evitando reduzi-lo à um mero patrimônio escrito.

A pesquisa realizada 20 atrás por Bruce Albert e William Milliken foi feita na perspectiva de resgatar um saber tradicional em via iminente de extinção num contexto de uso maciço de remédios industriais. Esta fase era marcada por um desinteresse na farmacopeia tradicional face ao impacto devastador das doenças trazidas pela invasão garimpeira do fim dos anos 1980, sendo que o conhecimento fitoterápico Yanomami tinha sido desenvolvido no quadro epidemiológico do período anterior ao contato e parecia "insuficiente" diante das novas doenças surgidas depois.

Agora, duas décadas após esta pesquisa, o quadro das doenças exógenas apresenta relativa estabilização e os remédios industriais deixaram de ser culturalmente supervalorizados. Os conhecimentos dos poucos pata thëpë sobreviventes começaram a despertar o interesse das novas gerações dos letrados Yanomami, criando-se assim o ambiente favorável à uma revisitação do saber terapêutico dos antigos, que foi o tema das oficinas.

[Saiba mais sobre o povo Yanomami](#)

Bruce Albert e Vicente Albernaz Coelho
ISA

Caingangues agradecem Richa pelas escolas indígenas no PR
SÍTIO PORTAL JORNAL DO PARANÁ, 22.10.2013



Um grupo de Caingangues de Apucararinha, aldeia próxima de Londrina e do rio Tibagi, visitou hoje o governador Beto Richa e agradeceu pelas ações nas áreas de educação e habitação em favor das comunidades indígenas do Paraná.

"A educação está bem avançada na aldeia. O governo está trabalhando sério, a gente tem uma escola", disse Ivan Bribis Rodrigues, que representou a aldeia no encontro. Com cerca de 1,7 índios, dos quais 70% crianças e adolescentes, a aldeia ganhou a Escola Estadual Benedito Rokág, de ensino fundamental e médio. Richa lembrou que a escola está entre as 11 entregues nos últimos dois anos e meio.

Outras duas devem ser entregues até o final deste ano - em Inácio Martins e na ilha da Cotinga, no Litoral. Mais de 4,5 mil índios estão estudando nas escolas. Atualmente há 36 aldeias no Paraná, com 18 mil índios.

Além de escolas, as comunidades são atendidas pelo governo estadual com sistemas de energia e programas de saúde, como vacinação e atenção a gestantes, além de assistência técnica para o plantio agrícola e novas moradias.

Até o fim do ano que vem 408 famílias indígenas, em 19 municípios, receberão novas casas pelo programa estadual de habitação rural, feito pela Cohapar em parceria com o governo federal.



IFPI lança Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas

SÍTIO CIDADES NA NET, 22.10.2013

Com o objetivo de ampliar a atuação dos Núcleos de Extensão, o Instituto Federal do Piauí realiza nesta terça-feira, 22, às 14h, no Campus Teresina Central, o lançamento do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI).

Esse novo núcleo se juntará a outros três já existentes na instituição, que são o Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura (NUPA), o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Para o reitor do IFPI, Paulo Henrique Gomes de Lima, a ação é uma forma de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, da inovação e da criação de soluções para as demandas sociais. "O objetivo do NEABI será congregar pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que tenham interesse no estudo das relações etnicorraciais na sociedade brasileira, especialmente, na piauiense", acrescenta o reitor.

Na mesma solenidade, haverá a apresentação dos cursos de Educação Quilombola, Educação em Relações Étnico-Raciais e Educação do Campo, que serão ministrados pelo IFPI, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão ligado ao Ministério da Educação.

"Serão ofertadas mil vagas a professores da rede pública de ensino (federal, estadual e municipal)", destaca a pró-reitora de Extensão do IFPI, Divamélia Gomes. Ela também ressalta que essa ação envolve a Pró-reitoria de Ensino e a Diretoria de Ensino a Distância.

Confira o quadro de vagas:

Educação Quilombola (200 vagas)
Educação em Relações Étnico-Raciais (200 vagas)
Educação do Campo (600 vagas)

Comitê Intertribal define nomes de etnias nacionais que disputarão os Jogos Indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 22.10.2013



O Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) confirmou os nomes das 48 etnias nacionais que participarão da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, de 8 a 16 de novembro, em Cuiabá. Durante a seleção, não foram adotados critérios inter-étnicos, e sim o mapa geográfico indígena. Conforme o coordenador-geral do ITC, Carlos Terena, foram consideradas as regionalidades das origens étnicas. "Levamos em conta se nossos convidados são indígenas litorâneos, da caatinga, dos campos, cerrado ou se habitam a Floresta Amazônica, as matas dos Pinhais, Atlântica e dos Cocais, e o Pantanal", explica.

A liderança indígena ressalta que, entre os critérios adotados para a escolha das delegações, o fator cultural foi determinante. "Pensamos em costumes, práticas e origens de suas falas, linguagem, ritos, danças, cantos, instrumentos musicais, artesanatos, pinturas corporais e principalmente seus esportes tradicionais", informa, ao destacar que o número de etnias convidadas a participar dos jogos será fechado de acordo com os recursos orçamentários programados.

Segundo Carlos Terena, na edição de 2013 participarão pela primeira vez ao menos 14 etnias e quatro povos de outros países, iniciativa que, para o líder, retrata o equilíbrio inter-étnico e de diferentes regiões. "Os Jogos dos Povos Indígenas se consolidam como referência de afirmação étnica e uso sustentável dos Jogos Verdes ao propor, para 2015, a realização da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas no Brasil", reforça.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Idealizados pelo Comitê Intertribal e patrocinados pelo Ministério do Esporte, os Jogos dos Povos Indígenas apresentam um retrato de etnias e costumes típicos do Brasil, levando à capital mato-grossense 48 povos indígenas, de 18 países. Com relação à escolha das representações de índios brasileiros, Terena esclarece que a busca é feita de comum acordo com as autoridades indígenas, ou seja, um rodízio entre aldeias e etnias.

Confira as etnias participantes representadas por 1,6 mil indígenas brasileiros:

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 1. Assurini – PA | 25. Matis –AM |
| 2. Bororo Boe – MT | 26. Maxacali – MG |
| 3. Enawenê-Nawê - MT | 27. Mayoruna – AM |
| 4. Erikibaktsa – MT | 28. Mehinaku – MT |
| 5. Gavião Ikólóéhj – RO | 29. Nhambikwara – MT |
| 6. Guaraní Kaiwá – MS | 30. Panará Kreeakarore – MT |
| 7. Ikpeng - MT | 31. Paresi Halití - MT |
| 8. Javaé Itya – TO | 32. Parkatêjê – PA |
| 9. Kaingang – PR | 33. Pataxó/ Hã-Hã- Hãe - BA |
| 10. Kanamari – AM | 34. Shanenawá – AC |
| 11. Kanela Rãmkokamekrá – MA | 35. Suruí Paiter – RO |
| 12. Karajá – TO | 36. Tapirapé -TO |
| 13. Kariri-Xocó – AL | 37. Tauarepang – RR |
| 14. Kayapó Mekrãngnoti – PA | 38. Tembê – PA |
| 15. Kayapó Metyktire - MT | 39. Terena -MS |
| 16. Kokama –AM | 40. Tikuna Magüta – AM |
| 17. Krahô – TO | 41. Tukano Ye'pâ-masa – AM |
| 18. Krenak –MG | 42. Umutina -MT |
| 19. Kuikuro –MT | 43. Wai Wai - PA |
| 20. Kuntanawá – AC | 44. Wapichana - RR |
| 21. Kura Bakairi -MT | 45. Xacriabá –MG |
| 22. Macuxi –RR | 46. Xambioá – TO |
| 23. Mamaindê – RO | 47. Xavante – MT |
| 24. Manoki – MT | 48. Xerente – TO |

*Com informações do ITC

Foto: Francisco Medeiros

Fonte: Ascom – Ministério do Esporte*



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Expressão Nacional discute empreendedorismo indígena

SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22.10.2013

22 de outubro, às 21h30

Como conciliar as tradições indígenas e sua convivência com os não índios, garantindo sua sobrevivência digna e com respeito ao meio ambiente? Algumas comunidades estão encontrando essa resposta no empreendedorismo. Já existem projetos de comércio de créditos de carbono, turismo ecológico e comércio de artesanato. Quais os limites para implantação dessas práticas? O mapeamento de alternativas econômicas pode contribuir para desatar o nó da demarcação de reservas indígenas? Quais comunidades podem ser inseridas nesses projetos?

Este é o tema do Expressão Nacional. O programa é apresentado por Maristela Sant'Ana, ao vivo pela TV e pela Rádio Câmara e também pela internet no www.camara.leg.br/tv, às 21h30 das terças-feiras.

Você pode mandar perguntas para o expressaonacional@camara.leg.br, para o 0800-619619 e para o twitter @xnacional.

Adaptação é obstáculo no retorno dos juma ao Purus (AM)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2013



Kátia Brasil – Amazônia Real

Sobrevivente de massacres contra sua etnia, o índio Aruká é o último guerreiro vivo do povo juma da Amazônia. Em agosto deste ano, ele, suas três filhas, os maridos de duas delas, da etnia uru-eu-wau-wau, e os netos regressaram à terra tradicional localizada na bacia do rio Purus, município de Canutama, distante a 615 km ao sul de Manaus (AM).

É a quinta tentativa de retorno dos juma em cinco anos. Em 2008 a Funai (Fundação Nacional do Índio) foi obrigada a promover o regresso da etnia em cumprimento a decisão da Justiça Federal do Amazonas por danos à cultura desse povo.

No entanto, os índios juma encontram dificuldade de voltar à reserva pela própria sobrevivência e adaptação. Faltam moradias, atendimento de saúde, educação e água potável. Outro obstáculo são os laços do casamento inter-étnico das três mulheres juma com índios uru-eu-wau-wau da aldeia do Alto Jamari, em Rondônia.

Aruká e suas filhas, Mborehá, Maitá, e Mandeí, além de um casal de tios idosos, Marimã e Inté, foram retirados de suas terras, em 1998, por decisão unilateral do administrador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) de Porto Velho (RO).

CONT.



Segundo documentos da Funai, o servidor – que não teve o nome revelado – alegou na ocasião que as filhas do guerreiro eram exploradas sexualmente por pescadores e ribeirinhos. A violência foi registrada em Boletim de Ocorrência da Polícia Civil de Lábrea (AM).

Situação de risco

A reportagem do portal Amazônia Real localizou o indigenista Isaac da Silva Albuquerque, 50 anos, que trabalha na Coordenação Regional da Funai no Alto Purus (AM). Ele presenciou as consequências da retirada dos juma da terra indígena em 1998

Sem dizer o nome do administrador de Porto Velho, responsável pela mudança de território, Albuquerque disse que o servidor justificou a transferência dos índios aos superiores. “O administrador afirmou que as meninas estavam expostas a situação de risco porque andavam em meio aos ribeirinhos”, afirmou o indigenista.

Segundo Albuquerque, o grupo juma fora enviado primeiro à Casa do Índio da capital de Rondônia para o tratamento de saúde dos idosos. Depois, foi transferido à aldeia Alto Jamari da etnia uru-eu-wau-wau, região de Guajará-mirim (RO), distante cerca de 300 quilômetros da terra tradicional.

O sertanista Sydney Possuelo, 73, ex-presidente da Funai e coordenador do Departamento de Índios Isolados em 1993, afirmou que foi contrário à retirada do juma da terra tradicional, mesmo a etnia estando desassistida e abandonada pela própria fundação e missionários.

“Essa história serve para dizer o seguinte: não se tira índio da terra tradicional dele. Tudo que se faz nesse sentido dá errado. Hoje a etnia sofre com o drama do retorno e da adaptação dos maridos das juma”, disse Possuelo. “Nós mesmos, que somos civilizados, quando vamos para outro país temos saudade da nossa terra. Imagina aqueles que só têm como afinidade a mata, o ambiente em que nasceu!”, concluiu..

Na ocasião da saída dos índios do território tradicional, a Funai e o Cimi (Conselho Indigenista Missionários), da Igreja Católica, discutiam uma solução para evitar a extinção da etnia. Na época adolescentes, Mborehá, Maitá e Mandei não tinham opção de casamentos por falta de homens jovens da etnia. Os antropólogos estudavam a aproximação das meninas com jovens uru-eu-wau-wau, o que acabou acontecendo.

Tristeza

Depois da saída da terra tradicional, o tuxaua Marimã morreu em 1998 e Inté em 1999. “Eles morreram provavelmente de tristeza e inadaptação ao novo lar”, disse à reportagem Carlos Travassos, coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai.

Neste mesmo ano, a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) denunciaram à Procuradoria da República no Amazonas a retirada ilegal dos juma de suas terras pelos funcionários da Funai.

CONT.

Com base numa ação do Ministério Público Federal, a Justiça Federal do Amazonas determinou o retorno dos índios às suas terras e responsabilizou a fundação de danos morais coletivos. O regresso dos índios começou a ser cumprido pela Funai a partir de 2008.

Aruká animado



O índio juma Aruká prepara mandioca na aldeia tradicional, em Canutama – AM. Foto: Divulgação/Funai

O quinto retorno dos juma à terra tradicional foi acompanhado por representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da ONG (organização não governamental) Kanindé Associação de Defesa Etnoambiental de Porto Velho (RO). Desta vez, a viagem durou cerca de dez dias e foi preciso utilizar carros, barcos e fazer caminhadas pela floresta para chegar ao destino.

Segundo relatório de Ivã Bocchini, coordenador regional da Funai de Humaitá (AM), Aruká Juma (que tem aproximadamente 75 anos de idade) vivia desgostoso e sofrendo por estar distante de sua terra.

“A vontade pelo retorno era grande. Hoje o velho Aruká está animado e voltou à ativa. É visto o dia todo trabalhando, confeccionando flechas, colhendo frutos. Já sorri mais e interage bem com a família, que cresce”, afirmou Bocchini.

Fragilidade

Em entrevista ao portal Amazônia Real, o indigenista Leonardo Cruz, coordenador Etnoambiental da Kanindé, que também acompanhou o recente retorno dos juma, disse que desde 2009 os índios juma tentam regressar definitivamente ao território tradicional. Mas, segundo ele, encontram dificuldades de sobrevivência no lugar. “Faltam recursos da Funai, moradias, assistência de saúde, educação e até o fornecimento de água potável”.

CONT.



“Os juma são um povo em condições frágeis, que necessitam de atenção urgente para sua situação. Cabe ao Estado Brasileiro providenciar necessário para que eles possam se manter em seu território com qualidade de vida”, afirmou Cruz.

Ivã Bocchini afirma no documento, que o processo de retorno dos juma é difícil porque o grupo convive com os uru-eu-wau-wau da aldeia do Alto Jamari (RO) há 14 anos. Aruká e suas filhas casaram-se e participam das cerimônias e rituais dos uru-eu-wau-wau. “Crianças nasceram fruto do casamento inter-étnico, criando laços indissolúveis com o Alto Jamari”, disse Bocchini.

Na lona

O primeiro deslocamento dos índios juma para a terra ocupada tradicionalmente aconteceu em 2009, 11 anos após a transferência para a terra dos uru-eu-wau-wau. O indigenista Leonardo Cruz acompanhou a viagem das famílias de Mborehá, Mandei e o pai delas, Aruká, além de funcionários da Funai. “Ficamos por lá 20 dias num acampamento”, disse.

Em 2010, conforme o indigenista, o grupo voltou à terra Juma para fazer uma maloca na aldeia, retornando 22 dias depois. “Tivemos que retornar devido às despesas altas, arcadas pela Kanindé”, afirma Cruz.

Travassos afirmou à reportagem que, em 2011, seus funcionários acompanharam os jumas em uma viagem de dez dias à reserva. “Eles ficaram debaixo de lonas, pois na época ainda não havia estrutura de aldeia”, contou.

Em 2012, segundo o coordenador, foram realizadas várias incursões ao território juma. Eles permaneceram 170 dias no local, independente da presença de funcionários da Funai.

Na aldeia juma do rio Aguã foi construída uma cozinha. Segundo a Funai, será instalado um gerador de energia e uma bomba d'água. Com relação à educação e saúde, a fundação afirma que iniciou acordo com as prefeituras de Canutama e Humaitá, ambas no Amazonas, para envio de equipes de enfermeiros e contratação de um professor e construção de uma escola.

“Em 2013 os juma passaram apenas dois meses na terra dos uru-eu-wau-wau. Consideramos que o processo de retorno está sendo bem sucedido”, afirma Carlos Travassos, coordenador-geral de Índios Isolados.



MPF realiza audiência pública sobre comunidade quilombola Rio dos Macacos nesta quarta-feira (23)

SÍTIO BAHIA NO AR, 22.10.2013

A atividade debate a permanência dos quilombolas em área da União, na Base Naval de Aratu, e contará com a presença de integrantes da comunidade e da Marinha.

Na próxima quarta-feira (23), o Ministério Público Federal (MPF) realiza, em Salvador, audiência pública para debater a permanência da comunidade quilombola Rio dos Macacos em área da União, sob o comando da Marinha, na Base Naval de Aratu, em Simões Filho. O evento é aberto ao público e terá início às 14h30, no auditório do MPF em Salvador.

De acordo com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) Leandro Bastos Nunes, que acompanha o processo movido pelo MPF na Justiça Federal pedindo a permanência dos remanescentes de quilombolas na área, tanto a comunidade quanto a Marinha já confirmaram presença na audiência. "Com ambas as partes interessas presentes e com a participação de representantes de instituições e da sociedade civil, esperamos um debate enriquecedor, que nos ajude a reunir mais informações e depoimentos para apoiar a atuação do MPF em prol dos direitos desta comunidade tradicional" - afirma Nunes.

Conduzem a audiência o PRDC, a coordenadora da 6ª CCR, Débora Duprat e os procuradores Walter Claudius, Leandro Mitidieri e Márcio Barra Lima, também da 6ª CCR. Já confirmaram presença, também, o chefe de gabinete do Ministro da Defesa, Antônio Thomaz Lessa, o chefe da Defensoria Pública da União na Bahia, Átila Dias, a promotora de Justiça Márcia Virgens, o líder do Movimento Negro da Bahia, Amilton Borges, e professores da Universidade do Estado da Bahia.

Histórico – Existente há mais de 200 anos, a comunidade quilombola Rio dos Macacos enfrenta um conflito com a Marinha do Brasil há cerca de 42 anos, quando o local onde a comunidade está instalada foi escolhido para a construção da Base Naval de Aratu. Desde então, os integrantes da comunidade, que hoje conta com mais de 300 pessoas, alegam ser alvo de ações violentas, praticadas por oficiais da Marinha, na intenção de expulsar cerca de 46 famílias residentes no local.

O conflito ganhou ainda mais força após a decisão da Justiça Federal na Bahia, que determinou a desocupação de área situada na Base Naval de Aratu pela comunidade quilombola. Em maio deste ano, o MPF ajuizou agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, contra a decisão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Em 2011, o MPF já havia proposto ação civil pública pedindo que a Justiça determinasse a permanência da comunidade no local, mas os pedidos não foram acatados. Em junho de 2012 o órgão expediu uma recomendação ao Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, visando a coibição de prática de atos de constrangimento físico e moral contra os quilombolas.

Ruralista acusa insegurança jurídica e demora no processo de quilombos

SÍTIO JORNAL FOLHA DO SUL, 22.10.2013



Dias diz que solução deve ser demorada
Crédito: Arquivo/FS

Um encontro realizado no dia 14 de outubro, em Brasília, tratou do tema das desapropriações de terras de antigos quilombos e reservas indígenas. O impasse das demarcações ainda é discutido entre governo e entidades de classes e está longe de uma solução.

Segundo o representante da Comissão Fundiária da Farsul e membro da Associação Rural de Bagé, Paulo Ricardo de Souza Dias, a comissão busca junto aos prefeitos dos municípios atingidos pelas desapropriações informações para elaborar um raio-x nacional sobre a questão. Em Bagé, ele garante que o processo está parado. "O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) veio até o município há alguns anos e demarcou as áreas, houve uma série de manifestações por parte dos produtores rurais, mas, até o momento, nada foi definido", comenta.

Dias afirma que o Incra não deu resposta ao processo. "O que preocupa os produtores é a insegurança jurídica e a falta de clareza nos critérios das desapropriações. Sabemos que essa é uma questão que não terá uma solução rápida", encerra.

Sessão Especial debate políticas públicas para povos e comunidades tradicionais
SÍTIO CORREIO DE ALAGOAS, 22.10.2013



Com a apresentação do grupo de danças Afoxé Omorewá, a Assembleia Legislativa deu início aos trabalhos da sessão especial, realizada nesta segunda-feira, 21, que teve como objetivo debater sobre o projeto de lei nº 7447. De iniciativa do deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), o projeto de lei estabelece as diretrizes e objetivos para as políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais. A sessão especial foi de autoria do deputado Judson Cabral (PT) em parceria com a Fundação Cultural Palmares, a Uneal (Universidade Estadual de Alagoas) e o deputado federal Paulo Fernando dos Santos, o Paulão (PT-AL).

Durante a sessão espacial temas como demarcação de terras, direitos de exercer a religiosidade, além de políticas públicas específicas para cada povo ou comunidade foram amplamente discutidos. O debate também teve por objetivo traçar um perfil dos principais problemas que afligem os povos tradicionais, aqui em Alagoas, e levar para ser discutido durante o Congresso Nacional da Igualdade Racial, em Brasília. "Durante o Congresso serão conjugados todos esses debates, de onde serão tirados diagnósticos e ações no sentido de melhorar a qualidade de vida dos povos tradicionais no Brasil", informou Paulão. O parlamentar explicou ainda, que o projeto 7447 trata de políticas públicas voltadas para essas minorias, especialmente sob três aspectos: saúde, educação e cultura.

O deputado Judson Cabral destacou a importância do debate, tendo em vista que o assunto, apesar de muito discutido e do decreto federal que estabelece as políticas públicas voltadas a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

essas comunidades “ainda se arrasta” sem uma clara definição sobre a quem cabe administrá-lo. “É importante que possamos discutir esse assunto nos estados, é a partir deles que vamos fortalecer o projeto do deputado Luiz Alberto”, observou o petista, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Casa. “Boa parte dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos índios) ainda vive na exclusão, alguns até na indigência”, completou Cabral.

Representando a Fundação Palmares, Maria José da Silva destacou que os povos tradicionais tem avançado em alguns pontos. “Só fato de estarmos aqui no Parlamento alagoano, colocando nossas falas e anseios, já é uma grande avanço”, declarou, acrescentando que apesar disso, tem que seguir adiante com as suas reivindicações. “Temos que cuidar melhor dos nossos povos. Os negros, os povos de matriz africana, os ciganos, os ribeirinhos, que as pessoas costumam chamar de minorias, mas que na verdade são majorias”, disse Maria José.

Ela informou que em todo Estado de Alagoas existem 66 municípios onde existem quilombolas. “Essas comunidades enfrentam grandes dificuldades. Além das cestas de alimentos, é preciso dar estrutura para acesso a terra, qualidade de vida e desenvolvimento local. O poder público tem obrigação de olhar principalmente para a questão da saúde”, observou Maria José.

Fonte: ALE-AL



Carta – Manifesto Fórum de Mulheres Negras de Minas Gerais

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 22.10.2013

MANIFESTAM

A luta das mulheres negras mineiras tem sido ininterrupta ao longo da história de existência de nosso estado e de nosso país. Somos nós as maiores vítimas da profunda desigualdade racial que vigora na sociedade mineira. É sobre nós que recai todo o peso da herança colonial, em que o sistema patriarcal apoia-se solidamente com a herança do sistema escravista.

A interseccionalidade do racismo, sexismo, das desigualdades econômicas e regionais produz em nossas vidas um quadro de destituição, injustiça e de máxima exclusão.

Todo e qualquer avanço apontado deve-se à luta diuturna que realizamos para conquistamos minimamente a igualdade, a oportunidade e o acesso aos direitos fundamentais e bens sociais. É neste cenário de busca pelo empoderamento de nós, mulheres negras, que surge o Fórum de Mulheres Negras de Minas Gerais, aqui representado por várias cidades de regiões do Estado, onde a predominância populacional são as mulheres negras.

Entendendo que todas as denúncias de desigualdades que sofremos no Estado de Minas Gerais já foram realizadas aos órgãos competentes do Estado em 2009, com o principal objetivo de promover as reparações e reconhecimento de nossas especificidades, através das políticas públicas, aniquilando com a imensa dívida contraída com a população negra, especialmente com as mulheres negras, destacamos que o Brasil é signatário do Relatório e do Plano de Ação produzidos, comprometendo-se, oficialmente com a sua execução.

O Brasil, em 2006, no Chile, participou da conferência que ratificou as decisões da Conferência de Durban. No dia 21 de setembro de 2011, em Nova York, esteve presente na comemoração dos 10 anos da Conferência de Durban, fruto da luta do povo negro no mundo e da articulação das mulheres negras no mundo, a escravidão foi considerada crime de lesa-humanidade, e os países que se nutriram desse regime devem responsabilizar-se pela elaboração e pela implementação de políticas que visem reparar os danos causados a milhões de pessoas pelo regime escravista.

Com a convicção que o racismo introduz uma rigidez adicional ao exercício da cidadania e à democratização do desenvolvimento, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional, o Fórum Governamental (FIPIR), a Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra, transversalidade nas ações afirmativas, assinatura das Leis 10639 e 4887/2003, aprovação das Cotas Raciais, aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, criação

CONT.



dos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, realizações das Conferências Nacional, Estadual e Municipais de Promoção da Igualdade Racial, as intervenções e diálogos com a sociedade organizada em especial o movimento negro, todas as ações representam um avanço no processo de construção de uma democracia substantiva, pois significa a concretização de importantes demandas das mulheres negras junto ao Estado brasileiro, um dos (co)responsáveis pelos séculos de escravismo e manutenção de mecanismos de subalternização da população negra até hoje – inclusive por meio do racismo institucional.

É a partir deste cenário que nós, Mulheres Negras, manifestamos nossa apreensão face ao quadro de desigualdades que somos ainda atingidas e submetidas no Estado de Minas Gerais em todas as áreas, cujas mesmas são apresentadas no relatório que foi discutido e aprovado no Seminário Estadual de Mulheres Negras, realizado nos dias 21 e 22 de junho de 2013 em Cataguases e na IIIª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada nos dias 28, 29 e 30 de agosto também deste ano em Caeté, anexo nesta carta.

O Fórum de Mulheres Negras de Minas Gerais entende que para cumprir com todos os protocolos, todas as decisões, todos os acordos e todos os planos de ação das conferências que o país e o Estado de Minas Gerais subscreveu para efetivamente promover a equidade de gênero, de raça e respeitar os direitos humanos das mulheres negras brasileiras, ressalta que somente com as políticas públicas específicas e direcionadas aos setores até aqui excluídos as mulheres negras, terão o pleno exercício da sua cidadania.

Neste, não podemos deixar de falar da IIIª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que reuniu em torno de 320 delegadas e delegados, representantes da sociedade civil e gestores, das principais regiões do Estado, e um dos principais avanços desta conferência, foi a aprovação no regulamento interno, da obrigatoriedade de 50% de mulheres (paridade) como delegadas à nacional e 30% de juventude. Fruto da organização do Fórum de Mulheres Negras de Minas Gerais.

Certas do compromisso apontados em defesa os direitos das mulheres, manifestado por várias ações proporcionadas às mulheres de diferentes idades, credos, orientações sexuais, identidade de gênero, raças e religiões. Comparecemos aqui solicitando a inclusão na Lei que institui o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de no mínimo 30% de mulheres negras, considerando sua composição total, cumprindo com o disposto aprovado na IIIª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Assim, Minas Gerais dará um grande passo no reconhecimento das especificidades de nós mulheres negras existentes, na importância desta representação para garantir o diálogo com o Estado e o controle social das ações de promoção da igualdade racial e as que envolvem as mulheres negras em seus segmentos indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais e urbanas, jovens, estudantes e acadêmicas e empreendedoras.

FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DE MINAS GERAIS

Fiscalização flagra trabalho escravo em fazenda de irmão da senadora Kátia Abreu
SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 22.10.2013



Riacho onde os trabalhadores se banhavam
(Fotos: Divulgação / MTE)

Equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) afirma ter flagrado trabalho escravo na Fazenda Taiacu II, um conjunto de três lotes de terra localizado no município de Vila Rica, no nordeste do Mato Grosso, próximo ao Pará. A propriedade pertence, conforme levantamento feito pela Repórter Brasil com base em registros públicos oficiais, ao advogado Luiz Alfredo de Feresin Abreu, que é irmão da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO). Ao todo, cinco pessoas foram encontradas em condições degradantes e submetidas a jornadas exaustivas segundo a fiscalização. A ação foi realizada entre 19 e 30 de agosto.

A reportagem tentou ouvir Luiz Alfredo de Feresin Abreu sobre o flagrante, mas ele não retornou aos recados deixados na caixa postal de seu celular até a publicação desta matéria. Também procurada, a senadora Kátia Abreu informou, através de sua assessoria de imprensa, que não iria se pronunciar a respeito do caso.

Segundo informações divulgadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso (SRTE/MT), divisão do MTE no Estado, os cinco trabalhadores estavam em condições análogas às de escravos, conforme previsto no artigo 149 do código penal. O grupo resgatado, de acordo com a equipe de fiscalização, havia sido contratado para fazer o roçado do pasto dos bois da fazenda e foi encontrado em condições degradantes.

Os trabalhadores cumpriam tempo de serviço de 11 horas diárias, residiam em um alojamento de madeira, sem banheiro disponível, tinham de providenciar os próprios mantimentos e não dispunham de equipamentos de proteção necessários para as atividades executadas. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, tampouco, o empregador lhes forneceu água, para consumir, preparar as refeições ou realizar higiene pessoal. As vítimas se viram obrigadas a utilizar de um riacho local para beber e tomar banho. Ao todo, foram lavrados 19 autos de infração devido aos problemas encontrados.

CONT.

Rotina e isolamento



No interior do alojamento, os trabalhadores improvisavam camas com redes

Todo dia, os trabalhadores iniciavam a jornada em torno de 3hs da manhã, horário em que, antes do alvorecer, preparavam o café e depois, perto das 5h, saiam do alojamento em direção aos pastos onde faziam o roçado. Após caminhar cerca de hora ou hora e meia, por trajetos de até quatro quilômetros de distância, os trabalhadores começavam as atividades. Por volta das 11h, paravam por 30 minutos para almoço. A comida, preparada ainda no alojamento, traziam em marmitas. Seguiam a trabalhar na sequência, durante o sol do meio dia, até chegar o fim da tarde; nesse período, as temperaturas na região podem ultrapassar 30º C.

A remuneração era por produção e, por isso, mesmo com o calor, as pausas eram poucas, conforme relato dos trabalhadores à fiscalização. O pagamento era de R\$ 400 por alqueire roçado para cada empregado, e, segundo os depoimentos, por vezes atrasava.

Somente às 15h os resgatados encerravam o serviço, para mais hora ou hora e meia de volta ao alojamento, quando, afinal, às 16h, despenderiam ainda algum tempo recolhendo lenha para o rústico forno que tinham à disposição. O sanitário que havia na residência estava sem água e desativado, e, com frequência, as vítimas, além das marmitas, levavam rolos de papel higiênico para as frentes de trabalho, para realizar as necessidades no meio do mato. Também não havia energia elétrica; muito menos refrigeração para armazenar a comida. Carnes e outros alimentos eram salgados e pendurados. Os trabalhadores viviam isolados geograficamente. A fazenda ficava a 40 km da área urbana de Vila Rica (MT).



Carnes penduradas na parede da cozinha do alojamento

CONT.

Todos os cinco resgatados eram maranhenses. Três deles teriam sido aliciados no Maranhão, no município de Brejo (MA), sem a emissão de Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores, conforme determina instrução normativa do MTE. O trio teve de custear as passagens por conta própria. As outras duas vítimas, embora fossem oriundas do Maranhão, já residiam no Mato Grosso. O grupo prestava serviços a Luiz Alfredo de Feresin Abreu desde abril de 2013. Em outras ocasiões, porém, alguns deles já haviam trabalhado com os mesmos serviços, na mesma propriedade.

Pecuarista

De acordo com consulta da Repórter Brasil pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) de Luiz Alfredo de Feresin Abreu no Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra), o pecuarista possui, somente no Estado do Mato Grosso, quatro propriedades rurais registradas, entre as quais a fazenda Vila Rica (MT), onde foi encontrado trabalho escravo. Conforme as informações do Sintegra, todas as quatro fazendas — uma em São José do Xingu (MT), outra em São Felix do Araguaia (MT) e mais uma no município de Canabrava do Norte (MT) — são destinadas à criação de gado bovino para corte. A reportagem não conseguiu localizar outras áreas de posse do pecuarista em outros estados do país.



No mapa, região onde está a fazenda de Luiz Alfredo Abreu (Imagem: Reprodução)

A área da Fazenda Taiacu II é de cerca de 1.023 hectares, o equivalente a um bairro de dimensões medianas na cidade de São Paulo (SP), como o Ipiranga, onde habitam algo em torno de 95 mil pessoas. O lote deriva da junção de outras três propriedades na zona rural de Vila Rica (MT), as fazendas Taiacu, Roma e São Lucas. Segundo informações fornecidas ao governo pelo próprio pecuarista, existem no local cerca de 4 mil cabeças de gado bovino.

CONT.



Na última atualização do cadastro de empregadores flagrados explorando mão de obra escrava, a "lista suja" do trabalho escravo, mantida em conjunto pelo MTE e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a atividade pecuária foi a campeã no número de inserções.

Como advogado, Luiz Alfredo de Feresin Abreu defendeu a Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missu em meio à disputa por terras de latifundiários com os índios Xavante em Marãiwatsédé, no Mato Grosso. Ele questionou na Justiça o direito dos Xavante às suas terras e, de acordo com denúncia protocolada pelos indígenas em 2011 no Ministério Público Federal de Mato Grosso (clique para ler o documento), ofereceu dinheiro a indígenas de outras regiões para que eles se manifestassem publicamente em favor da proposta de transferência dos índios para o Parque Estadual do Araguaia.

Família Abreu

Conhecida publicamente por atuar em defesa do agronegócio, a família Abreu se destaca por posicionamentos contra a reforma agrária e garantias a povos tradicionais e é uma das principais porta-vozes da bancada ruralista no Congresso Nacional. Pode-se dizer que atualmente é um dos grupos políticos mais fortes do país no tocante às questões rurais, principalmente na porção centro-oeste do Brasil. Na política institucional, além do mandato de senadora pelo Tocantins, com Kátia Abreu (PMDB-TO), os Abreu detêm cargos administrativos e forte influência local.

O filho da senadora, Irajá Abreu (PSD-TO), que é deputado federal pelo Tocantins, ocupou o cargo de secretário de Estado da pasta de Desenvolvimento Agrário e Regularização Fundiária, órgão do Executivo tocantinense responsável por coordenar questões relacionadas à sustentabilidade, regularização de terras e o assentamento de lotes da reforma agrária. Na época de sua posse, movimentos sociais da região criticaram a indicação. Ele ficou no cargo de maio a setembro deste ano, quando foi exonerado, episódio que marcou o rompimento político de Kátia Abreu (PMDB) com o governador Siqueira Campos (PSDB).*



Frequentemente, os Abreu também se envolvem em problemas relacionadas ao conceito de trabalho escravo. Por mais de uma vez, a senadora e presidente da CNA Kátia Abreu se pronunciou na tribuna do senado federal, dizendo que tal qual está a definição de escravidão contemporânea no Brasil gera "insegurança jurídica" a produtores rurais. Prevista no artigo 149 do código penal, a caracterização de trabalho análogo ao de escravo no país já foi elogiada como referência por diversos órgãos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Ainda no ano passado, mais um membro da família Abreu, André Luiz de Castro Abreu, esteve envolvido em outro flagrante de trabalho escravo. Em fiscalização ocorrida no município de Araguatins, no Tocantins, uma empresa de André Luiz Abreu explorava área produtiva de carvão em que um grupo de 56 pessoas foi libertado. À época, ele negou o flagrante e disse que não tinha envolvimento com o caso.

No começo do ano, a senadora Kátia Abreu, liderança ruralista, também ensaiou movimento em que se aproximava do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes. A proximidade entre a maior entidade de classe de produtores rurais, CNA, e o Incra preocupou movimentos sociais e entidades defensoras da reforma agrária.



Ministra diz que índios devem ter acesso a serviços públicos mesmo vivendo em áreas sob disputa

SÍTIO PORTAL EBC, 22.10.2013

Alex Rodrigues
Repórter Agência Brasil

Brasília - A indefinição jurídica quanto à posse das terras reivindicadas como territórios tradicionais indígenas não pode servir como desculpa para que o Poder Público, especialmente governos locais, deixe de garantir aos índios brasileiros outros direitos básicos como educação e saúde. O alerta é da ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, ao participar hoje (22) do 1º Fórum Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani-Kaiowá.

"Temos tido dificuldades para que as autoridades locais garantam outros direitos [além do usufruto da terra indígena]. Muitas vezes, o argumento é que, como a área não está demarcada, determinados benefícios não devem ser entregues para que os índios não permaneçam no local [em disputa]. Só que esses índios são cidadãos brasileiros, detentores de direitos básicos que têm de ser assegurados", declarou a ministra.

"Ainda que um povo indígena não tenha sua área demarcada, ele não deixa de ter direito ao alimento, à saúde, ao acompanhamento [social]. Suas crianças têm direito à escola, por exemplo", acrescentou a ministra. Ela qualifica de "ilegítimo" o argumento de que seria uma irresponsabilidade com os recursos públicos construir uma escola ou posto de saúde em uma área reivindicada como território tradicional indígena que a Justiça, ao fim de um longo processo judicial, pode julgar que não pertence à comunidade indígena.

"Essa disputa judicial leva muito tempo e não pode gerar efeitos definitivamente danosos a essas crianças, condenando-as a uma infância sem escolas. Essas pessoas, essas crianças têm outros direitos [além do usufruto da terra] e, embora o governo federal repasse recursos e possa apoiar, garantir esses direitos é uma responsabilidade dos governos locais", concluiu a ministra.

Diante das queixas dos adolescentes de cinco aldeias guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul levados a participar do evento, em Brasília, a representante do Ministério da Educação no fórum, Suzana Grillo, garantiu que os impedimentos legais que impossibilitavam que escolas indígenas fossem construídas em áreas em disputa judicial já foram eliminados, pois violavam a Constituição Federal, que determina que a educação é um direito fundamental que deve ser garantido a todos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

"Não há mais a exigência de que a terra tenha que ter sido regularizada para que uma escola seja construída. Isso foi mudado", disse a representante do MEC, para a surpresa do membro da Aty Guasu (espécie de colegiado que reúne as lideranças guarani-kaíowá), Valdomiro Osvaldo Aquino, e da própria ministra Maria do Rosário.

"A gente ouve do governo estadual [de Mato Grosso do Sul] que a terra não está demarcada e que, por isso, ele não dá comida, não dá escola para as crianças, que têm que estudar fora da aldeia", disse Aquino.

"Eu mesma já ouvi esse argumento. Parece que até o alimento que enviamos, muitas vezes, não chega [às ocupações e acampamentos]. E ouvi que não chega porque a terra não pertence aos índios", acrescentou a ministra, antes de o assessor do Ministério do Esporte, Rivelino Pereira de Souza, confirmar que muitos prefeitos e governadores usam tais argumentos para "travar a chegada de políticas públicas" a comunidades indígenas, principalmente para as que estão disputando a posse de terras.

"Por isso é importante uma escola nas aldeias. Uma escola cujo currículo contemple, além de informações sobre os direitos garantidos a todos os cidadãos brasileiros, também sobre os direitos específicos dos povos indígenas", comentou Suzana. "O território é a base para que os índios mantenham seu modo de vida, suas tradições, mas a regularização e a efetivação do direito à terra não impede o acesso a direitos fundamentais como a educação e a saúde".

Edição: Davi Oliveira

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. É necessário apenas dar crédito à Agência Brasil

Direitos autorais: Creative Commons - CC BY 3.0



Menina de nove anos salta de moto e é salva por índio de estupro no interior de MS
SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 22.10.2013

Uma menina de nove anos precisou saltar da garupa de uma Honda C-100 Biz na tarde de ontem (21) para escapar de uma tentativa de estupro em Dourados – distante a 225 km de Campo Grane. O fato aconteceu numa área indígena próximo a escola Clori Bandete de Freitas, no Jôquei Clube, na região Sudeste do município.

De acordo com a polícia, a criança teria saído da escola por volta das 17h30 e atravessado a rua para comprar pipoca, quando foi abordada. O rapaz, na motocicleta, a obrigou a subir na garupa e começou a trafegar com ela pela região.

No trajeto, a menina conseguiu pular do veículo e gritou para um indígena que passava pelo local. O homem tentou alcançar o suspeito, mas, sem sucesso. A Polícia Militar foi acionada e realizou buscas pela região e também não o encontrou.

Evento discute políticas para povos indígenas no Sertão do Estado

SÍTIO UOL, 22.10.2013

Do NE10 Núcleo SJCC/Caruaru



Oito comunidades indígenas vão participar do encontro
Foto: Arquivo/JC Imagem

Das 12 etnias indígenas existentes em Pernambuco, sete se concentram no Sertão de Itaparica. Por conta disso, a região sedia entre os dias 24 e 26 deste mês, o Encontro de Artes e Culturas Indígenas.

O evento é promovido pela Secretaria de Cultura de Pernambuco, em parceria com as comunidades tradicionais da região e as prefeituras das cidades de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu.

De acordo com a coordenação do evento, o momento de intercâmbio cultural vai contar com a participação de oito comunidades indígenas do estado, são elas: Pankararu, Entre Serra Pankararu, Pipipã, Pankawiká, Pankará, Pankará de Itacuruba, Atikum e Truká.

Inscrições para curso de Atletismo encerram amanhã

SÍTIO FOLHA WEB, 22.10.2013



As principais provas do Atletismo
serão abordadas na capacitação
Foto: Ascom/Seed

Professores indígenas interessados no aperfeiçoamento na modalidade de Atletismo têm até quarta-feira (23) para confirmar a inscrição em uma capacitação que será oferecida pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (Ceforr). Podem participar docentes dos Ensinos Fundamental e Médio da Capital e Interior.

O curso busca proporcionar aos professores indígenas da rede estadual de ensino, formação continuada em Atletismo. A intenção é que

possam multiplicar conhecimento e atuar contribuindo para a melhoria da educação escolar indígena do Estado. Até o momento foram inscritos 30 professores.

A carga horária será de 24 horas presenciais e serão ofertadas 80 vagas, sendo uma vaga por escola. As aulas serão ministradas de 29 a 31 de outubro no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), das 8h às 12 horas e das 14h às 18 horas.

O curso será prático. Os professores terão aulas sobre as principais provas de atletismo como corridas de curta, média e longa duração, salto em distância, salto em altura, lançamento de dardo e arremesso peso. Quem irá ministrar o curso é Gilberto Pivetta Pires, professor do IFRR.

Os interessados devem realizar a inscrição na Secretaria Acadêmica do CEFORR, em horário comercial (8h às 12 horas e das 14h às 18 horas). É necessário preencher ficha de inscrição e apresentar cópias do RG, CPF e ainda declaração da comunidade (residência), declaração do gestor da escola e diretor do Centro Regional, comprovando a escolha do professor e área de atuação. As inscrições e o curso são gratuitos.

Fonte: Seed



Senado realiza debate sobre impactos da demarcação de terras indígenas na agricultura

SÍTIO BBC NEWS, 22.10.2013

A comissão de Agricultura do Senado realiza nesta quarta-feira, 24, um amplo debate sobre a demarcação de terras indígenas e os impactos na agricultura brasileira. A audiência foi solicitada pelo presidente do colegiado, senador Benedito de Lira (PP-AL), e teve a contribuição do senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) que incluiu o nome de dois representantes da classe produtora de Mato Grosso do Sul.

Foram convidados para o debate o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Presidente da FUNAI, Maria Augusta Assirati, o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Rodinei Candeia, o Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, ACRISSUL, Francisco Maia, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, Eduardo Riedel e o Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, FAEAL, Álvaro Arthur Lopes de Almeida.

Figueiró ressalta que no Mato Grosso do Sul o clima é de tensão e que índios e não índios aguardam por uma decisão concreta do governo federal há muito tempo. Este ano, um índio morreu em confronto com a Polícia Federal numa operação de reintegração de posse da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia. Para o senador tucano, o governo não pode continuar passando a “batata quente” pra frente e lavando as mãos como Pilatos.

“A questão indígena continua conflituosa e não sou exagerado em afirmar: poderá chegar a um clima que nem o derramamento de sangue conseguirá restabelecer a vida harmônica do passado”, afirma Figueiró, lembrando que a paciência dos produtores rurais está prestes a se esgotar.

O senador reconhece a boa vontade de alguns integrantes do governo federal, especialmente da ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e espera que esta semana haja novidades proveitosas sobre o tema. Nesta terça-feira, o Ministério da Justiça deve apresentar proposta de mudança no procedimento para delimitação das reservas indígenas. O governo é contra a PEC 215, que transfere a competência sobre as demarcações do Executivo para o Congresso, mas aceita modificar as regras atuais, criticadas pelos produtores rurais.

Comunidade quilombola de Senador Rui Palmeira recebe orientações para a prevenção do câncer de colo de útero e de mama
SÍTIO MALTANET, 22.10.2013

Ação faz parte das atividades do movimento Outubro Rosa no município



Por: Isabel Wanderley Silva Moura Bulhões

A comunidade Quilombola do Sítio Serrinha recebeu no dia 16 de outubro, toda a equipe de saúde do Programa de Saúde da Família IV. Foram realizadas atividades educativas pela Enfermeira Ana Paula e pelo médico Dr. Paulo Alves sobre Câncer de Colo de Útero e de Mama e realizado uma triagem para realização de um mutirão de citologias na Unidade Básica de Saúde no próximo dia 23. A Cirurgiã-Dentista Rogéria Chagas realizou também atividade educativa sobre Saúde Bucal e aplicação tópica de flúor.

O Secretário de Saúde José Marcos agradece a presença de todos e o empenho da equipe na realização deste evento e se compromete em atender as reivindicações do Líder Comunitário conhecido como Sr. Gilson(Biu).

Pois sem duvidas acredito que este morador desta comunidade quilombola que tanto luta por essa gente sem duvida já se tornou um parceiro da saúde, até o por que o mesmo é conselheiro Municipal de Saúde e sabe da nossa luta constante, assim como luta junto a nossa equipe por uma saúde com melhor qualidade para todos ruipalmeirense.

Quilombo Peixoto dos Botinhas recebe doação de computadores

SÍTIO PREFEITURA DE VIAMÃO, 22.10.2013



Mais um passo foi dado para a continuidade do Projeto Inclusão Digital, dirigido às Comunidades Tradicionais Quilombolas de Viamão, que vem acontecendo desde julho. O Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), da Rede Marista, doou cinco computadores para implantação do centro de inclusão digital dentro do quilombo Peixoto dos Botinhas.

O ato de entrega dos computadores ocorreu no dia 14 de outubro e contou com a presença do coordenador administrativo do CRC, José Jaimes Trindade; o Instrutor do CRC, Jefferson Silveira Rosa; a Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), Belamar Pinheiro; do Diretor de Cidadania e Direitos Humanos, da SMCAS, Fernando Vicente e do idealizador do projeto, o assistente social da SMCAS, Jair Angelos. Representando a Associação Quilombola Peixoto dos Botinhas, estavam presentes o presidente, Edegi Maria Gomes; a vice-presidente Zenilda Maria Bueno Nunes e o tesoureiro, Argemiro da Rosa.

O Diretor do DCDH, Fernando Vicente, avalia positivamente o projeto. "A ação foi muito positiva, pois contempla as pessoas que residem nos quilombos, oportunizando que elas tenham acesso a rede de informações virtuais. Hoje é muito prático e simples enviar um e-mail, e com esta ferramenta, os quilombolas, mesmo estando em uma localidade de difícil acesso, poderão estreitar as suas relações", explica.

A Secretária de Cidadania e Assistência Social, Belamar Pinheiro, informa que em breve o quilombo Gomes e Silva também estará recebendo os seus computadores. A partir do próximo mês, os centros de inclusão digital serão implantados dentro dos quilombos, que contará com o acompanhamento da Prefeitura Municipal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Entenda o Projeto

A articulação do Projeto Inclusão Digital, dirigido às Comunidades Tradicionais Quilombolas de Viamão, iniciou no mês de julho, através de reuniões, para elaborar e sistematizar as atribuições de cada setor envolvido. Na primeira etapa do projeto, a Prefeitura de Viamão possibilitou o acesso dos quilombolas ao curso de informática de curta duração, que foi oferecido pela Unisinos. Foram contemplados quatro participantes - Igor Rodrigues Oliveira, Daiane de Abreu Lopes, Paulo Ricardo Gomes da Rosa e Igor Lopes Bueno - que representam o Quilombo Gomes e Silva e Quilombo Peixoto dos Botinhas. A expectativa é que em breve novos alunos sejam incluídos no projeto.

MPF requer demarcação de terra indígena e indenização de R\$ 3,2 milhões à Agropecuária Pedra Branca
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2013

Tekohá Yvy Katu foi reconhecido como Terra Indígena pela Justiça e Governo Federal. Demora na demarcação, que já dura 29 anos, levou a nova retomada da área.



Indígenas aguardam demarcação há 29 anos (Foto: MPF)

Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) requereu à Justiça a ocupação definitiva da Terra Indígena Yvy katu, em Japorã, sul do estado. Um dos pedidos visa assegurar indenização à Agropecuária Pedra Branca, dona da Fazenda Remanso Guaçu, que incide sobre a terra indígena. A ação civil pública pede o bloqueio imediato de R\$ 3.218.028,17 no orçamento da União para garantir os recursos. A demarcação física já foi realizada, faltando apenas a homologação pela Presidência da República, ato final da demarcação.

A área em disputa, de 9.494 hectares, foi declarada terra indígena pelo governo federal (Portaria MJ nº 1.289/2005). Perícia judicial, solicitada pelo MPF, comprovou que os indígenas habitavam a área durante a colonização da região, sendo expulsos a partir de 1928 e confinados na reserva de Porto Lindo, no Município de Amambai. Após a expulsão dos indígenas, a área foi cedida pela União aos colonos, seguindo o modelo adotado na ocupação de todo o estado.

CONT.

O relatório pericial, produzido por determinação da Justiça, afirma que “é possível dizer que houve uma série de atitudes equivocadas por parte do Estado brasileiro e por parte do antigo Estado de Mato Grosso, que desapropriaram, venderam e titularam terras na região, desconsiderando a existência de ocupação tradicional indígena”.



Indígenas guarani-ñandeva vivem em condições precárias
(Foto: Marcelo Christovão)

Indenização

Para o MPF, “é possível o pagamento de indenização aos ocupantes de terras indígenas (possuidores ou não de títulos) com base no princípio da proteção à confiança legítima. O cabimento e os limites de aplicação desse princípio serão analisados casuisticamente”.

Parecer da consultoria jurídica do Ministério da Justiça (CEP/CGLEG/CONJUR/MJ nº 136/2010) conclui pela possibilidade legal de indenização a proprietários de terras que posteriormente foram demarcadas como indígenas, tendo em

vista a aquisição de forma plena, justa ou de boa fé, por escritura pública outorgada pela União. O parecer, porém, não vincula ações da União, já que não foi aprovado pela Advocacia Geral da União nem pela Presidência da República. [Clique aqui para ler o parecer.](#)

Indígenas ocupam fazenda

Parte da área que já foi reconhecida como Terra Indígena Yvy Katu foi ocupada por 30 famílias guarani-ñandeva, em 2 de outubro. Nova ocupação ocorreu dia 14 último. Os indígenas protestam pela demora na demarcação da terra.

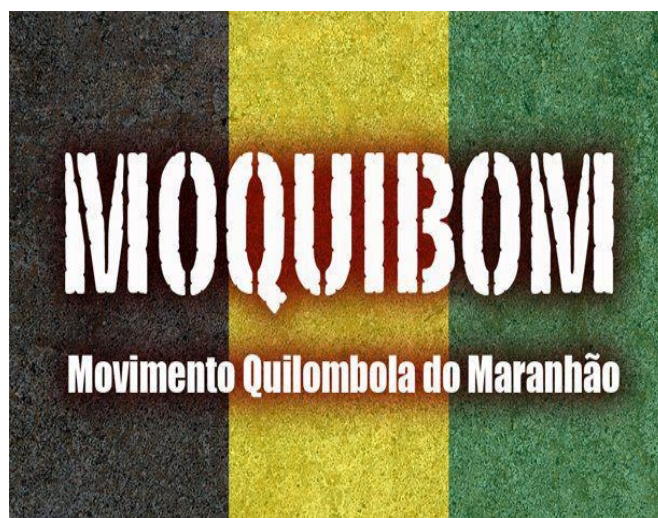
O processo demarcatório da TI Yvy Katu, empreendido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), começou há 29 anos, sendo interrompido algumas vezes por recursos judiciais. Em junho de 2005, o ministro da Justiça editou a Portaria n.º 1289, declarando de posse permanente do grupo guarani-kaïowá a Terra Indígena Yvy Katu, com área de 9.494 hectares.

A demarcação física já foi realizada, faltando apenas a homologação pela Presidência da República, ato final da demarcação. Os 309 indígenas ocupam, atualmente, 10% do total da área demarcada, por força de decisão judicial.

Referência processual na Justiça Federal de Naviraí: 0001503-41.2012.4.03.6006.



MA – Quilombolas retomam território
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2013



“Tá no Livro da Vida:

Deus entregou a terra a Adão para ele a cultivar e dela tirar o seu sustento.
Deus não vendeu terra para ninguém”.

Com essas palavras um senhor com mais de 60 anos de idade iniciou seu testemunho sobre a luta recente dos quilombolas de Outeiro Grande, Benfica e Janaubeira, no município de Santa Helena, estado do Maranhão, para defender seu território da sanha violenta dos latifundiários que desejam apenas explorar a terra e suas bondades, como dizem os povos indígenas na Cordilheira dos Andes.

Desde que os primeiros africanos e africanas, fugindo da escravidão em fazendas dos atuais municípios de Pinheiro e Serrano do Maranhão (MA), ali chegaram, viveram em harmonia e liberdade. Plantam, colhem, pescam, celebram, casam-se, criam seus filhos e ali são plantados quando voltam ao pó da terra.

Há uns 20 anos tiveram que enfrentar fazendeiros que pretendiam transformar igarapés, rios e lagos em criatório de búfalos que toldavam as águas, destruíam as plantam afugentavam aves, animais e contaminavam peixes. Nos últimos dias a volta ao cativo parecia iminente. Os quilombolas foram informados que o empresário Raimundo Gaspar, residente em São Luís, e

CONT.



que há alguns anos se diz proprietário de uma área de quase 2.000 hectares dentro do território quilombola, pretendia encerrar as 43 famílias do quilombo Benfica em uma área menor que 100 hectares de terras, o que representaria um pouco mais de 01 hectare por família.

Nas palavras de outro quilombola: "passar por baixo de arame farpado é como voltar ao tempo do cativo e isso não podemos aceitar". Outro acrescentou: "não aceitamos essa humilhação em respeito à memória dos nossos antepassados que lutaram contra a escravidão. Aqui nós podemos andar livres, nunca conhecemos cercas, nem porteira, afinal não somos gado". "Porque gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente", disse o poeta.

A harmonia com a mãe natureza saltou nas palavras de um quilombola: "os igarapés da Faveira, Taquiri, Mutum... e o lago São Francisco são o pai e a mãe não só dos quilombolas daqui, mas de gente de muitos municípios – Pinheiro, Central do Maranhão, Mirinzal, Cururupu, Bequimão, Serrano do Maranhão... – que pescam aqui para sustentar suas famílias. Fora daqui não podemos viver. Conhecemos todos os caminhos e veredas".

Naquela noite novamente o Som dos Tambores nos fez cantar e dançar. Transportou-nos à Terra Sagrada de África. Fez-nos ouvir a Voz dos Orixás e dos nossos Encantados. Fez-nos ouvir as palavras de nossos Ancestrais: Avancem. E com nosso canto e nossos corpos em dança respondemos: Avançaremos na luta em defesa do nosso chão sagrado.

Por essas e outras profundas razões os quilombolas decidiram expulsar o invasor. Montaram barricadas, ergueram acampamento, hastearam bandeira. De outros quilombos chegaram solidariedade-apoio-comida-força-esperança acalentados e carregados em corpos saídos do isolamento social imposto pelas cercas do latifúndio escravocrata.

Dia 20 de outubro, à sombra de uma mangueira – como em tempos passados – os do Caminho de Jesus de Nazaré ouvimos e partilhamos: "a caminho da "terra onde corre leite e mel" foi preciso enfrentar os poderosos que cercaram e se declaram donos das terras férteis e nessa luta foi fundamental a solidariedade para sustentar os braços dos que lutavam; a vitória da Justiça é fruto da luta persistente dos "Pobres no Espírito", representados por uma mulher viúva.

A todo o momento e em todos os cantos sempre há um grupo discutindo os rumos da resistência; realizando alguma tarefa ou em atividades lúdicas. Um acampamento é mesmo uma escola, como dissera Aquiles, do quilombo Charco-Jugaral.

Enfim, naquele lugar-memória da resistência às cercas do latifúndio escravocrata que desmata e mata, mulheres e homens – crianças, jovens e adultos – estão escrevendo novas páginas da História em Territórios Livres.

Essa luta não é apenas para efetivar o direito constitucional (art. 215 e 216/CF e art. 68/ADCT), é antes de tudo um dever de justiça com os que foram arrancados de África e,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

nestas terras da Santa Cruz, escravizados, mas resistiram bravamente e formaram quilombos para derrubar o sistema escravista.

Enquanto fazia este registro fui lembrado:

“E quem nos ajudará
A não ser a própria gente
Pois hoje não se consente esperar.
Somente a rosa e o punhal.
Somente o punhal e a rosa
Poderão fazer a luz do sol brilhar”.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Régis.



Jovens guarani kaiowá de MS cobram garantia dos direitos indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 22.10.2013

Alex Rodrigues, Agência Brasil

Um grupo de crianças de cinco aldeias guarani kaiowá de Mato Grosso do Sul cobrou hoje (22) de representantes do Poder Público mais atenção aos direitos dos indígenas. Ao participar do 1º Fórum Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani Kaiowá, na Câmara dos Deputados, eles defenderam a contratação de mais médicos e professores para suas comunidades e a construção de mais escolas nas aldeias. Os jovens reclamaram também da constante falta de remédios e da inexistência de espaços de cultura e lazer.

Além dessas reclamações, semelhantes às de várias comunidades não indígenas existentes no país, os guaranis kaiowás cobraram pressa na conclusão dos processos de demarcação dos territórios indígenas e justiça para índios assassinados em conflitos fundiários, caso dos professores Rolindo e Jenivaldo Vera, assassinados em outubro de 2009, em Paranhos, Mato Grosso do Sul.

"Nossos adultos já enviaram vários documentos [às autoridades], e nada acontece. Aqueles que matam nossas lideranças e nossas crianças continuam soltos", disse Jhonatan Velasques Gomes, de 16 anos, morador da aldeia Guaiviry, entre as cidades de Ponta Porã e Aral Moreira, também em Mato Grosso do Sul. Filho do ex-cacique da aldeia, Jhonatan foi em novembro de 2011, quando seu pai foi morto a tiros. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 19 pessoas pelo crime, entre fazendeiros, advogados e um secretário municipal.

O fórum contou com a presença da ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, de parlamentares e de representantes de vários órgãos públicos.

Os índios disseram no evento que muitos governadores e prefeitos costumam alegar que não podem garantir direitos básicos a muitas aldeias pelo fato de ficarem áreas ainda não homologadas como território tradicional indígena ou porque a Justiça ainda não decidiu a quem pertencem de fato. Esse argumento foi refutado por representantes de órgãos federais como o Ministério da Educação, cuja representante no evento, Suzana Grillo, garantiu a inexistência de impedimentos legais à construção de escolas em aldeias indígenas, mesmo as que estejam em áreas em litígio.

"Queremos uma escola de ensino médio na nossa aldeia porque, fora dali, sofremos muitos ao mostrar nossas tradições e costumes", disse Laide de Silva Pedro, que vive na Aldeia Panambizinho, a cerca de 20 quilômetros de Dourados (MS). A região registra altos índices de suicídio entre guaranis kaiowás que vivem em uma reserva que, com o passar do tempo,

CONT.



tornou-se pequena para eles. Parte deles fica acampada à margem de rodovias, à espera da ampliação da Reserva Dourados ou da demarcação de um novo espaço.

"Nosso sonho é a demarcação de nosso território sagrado (tekoha), porque precisamos de terra para plantar e para manter nossos costumes. Faz tempo que esperamos pela demarcação, e ela não sai. Enquanto isso, faltam escola e remédios", acrescentou Oséas Martins, da aldeia Kurusu Ambá.

Segundo Dulce Carrion, coordenadora da organização não governamental (ONG) Imagem da Vida, organizadora do fórum, a iniciativa é uma tentativa de sensibilizar os parlamentares e a opinião pública para as dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas. "É uma forma de fazermos frente a essa organização poderosa do agronegócio, da bancada ruralista, que estão articulados e que, com uma emenda parlamentar daqui, outra dali, está empurrando cada vez mais essas comunidades para debaixo do tapete", afirmou Dirce.

Ela explicou que o encontro de hoje é consequência de um projeto que a ONG desenvolve há três anos em aldeias sul-mato-grossenses. "Esperamos que as crianças sejam não apenas ouvidas, mas atendidas, pois o que tem ocorrido é um desgaste muito grande no movimento indígena, já que as respostas dos governantes se repetem. Na prática, porém, há uma dificuldade muito grande de avançarmos", acrescentou Dirce.



Recursos podem ser julgados hoje no STF

SÍTIO FOLHA WEB, 23.10.2013

SHENEVILLE ARAÚJO

Está na pauta de hoje do STF (Supremo Tribunal Federal) o julgamento dos embargos declaratórios do processo que validou a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009. Os recursos que serão analisados são de diversas partes interessadas: Estado de Roraima, produtores rurais, indígenas, parlamentares e a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Diversos pontos são questionados com os embargos interpostos, como omissões de serviços na área, contradições e possíveis obscuridades no acórdão, relacionadas a 19 condições estabelecidas pelo Supremo para a demarcação contínua da área de 1,7 milhão de hectares. O relator do processo é o ministro Roberto Barroso, em substituição ao ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou no ano passado.

O STF determinou 19 condições a serem verificadas em todas as terras indígenas demarcadas no território nacional, com base na decisão da Raposa, entre elas a exigência de que os indígenas obtenham permissão do poder público para o garimpo em suas terras. Outra autoriza intervenções de interesse da Política de Defesa Nacional na terra indígena e a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal no local sem prévia consulta aos Índios ou à Funai (Fundação Nacional do Índio).

Também estão entre as condicionantes a autorização da construção de vias de transporte, caso seja de interesse público; a permissão da entrada de visitantes e pesquisadores não índios na área de conservação ambiental, sem a cobrança de tarifas para permitir a entrada nas terras; não instalação de estabelecimentos comerciais nas reservas; a proibição do governo cobrar qualquer tipo de imposto ou taxa nas terras indígenas; e a proibição da ampliação da terra indígena já demarcada.

O coordenador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio), André Vasconcelos, afirmou que a instituição é a favor de todos os recursos às condicionantes do STF, mas defende que não sejam vinculados às demais terras indígenas do país. "A expectativa é que sejam declarados nulos de pleno direito, uma vez que a demarcação da Raposa Serra do Sol foi um marco do estado democrático de direito, no que se refere ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas", declarou.

Já o recurso do Governo de Roraima questiona o fato do STF não ter estabelecido como seria a atuação do Estado na reserva Raposa Serra do Sol em relação aos serviços públicos como

CONT.



saúde e educação. O chefe da Procuradoria Imobiliária da Proge (Procuradoria Geral do Estado), Edival Braga, informou que procuradores do Estado estarão acompanhando a sessão de hoje no Supremo.

Já o recurso dos produtores, representados pelo ex-senador Augusto Botelho, questiona o fato de, segundo eles, existirem imóveis particulares com propriedade privada reconhecida por sentença judicial dentro da reserva indígena.

O deputado federal Paulo César Quartiero (DEM), que vai acompanhar todo o julgamento em Brasília (DF), ao lado dos advogados que representam os produtores de Roraima atingidos pela decisão do STF, não está muito otimista com o julgamento dos embargos, pois ele acredita que o novo relator é pró-indígena, devendo usar “o discurso do politicamente correto” para manter a mesma decisão de 2009 com a manutenção da demarcação.

“O que a Frente Parlamentar de Agricultura quer é que o Supremo reconheça o erro cometido e anule o julgamento da Raposa, pois os produtores na época não eram parte da ação e não puderam se defender, tendo aquele pedido de retirada dos produtores da área. É preciso fazer justiça àqueles que foram atingidos por essa decisão e não tiveram o direito de se defender”, declarou complementando que, caso o julgamento mantenha o que já foi decidido, ele com a categoria de produtores estão dispostos a recorrerem aos tribunais internacionais.



TRACOMA: Profissionais de saúde fazem busca ativa na Casa do Índio
SÍTIO FOLHA WEB, 23.10.2013

A Capacitação Integrada nas ações de vigilância, controle e eliminação da Hanseníase, Geo-Helmintíase e Tracoma, segue nesta quarta-feira, 23, com a parte prática. Médicos e enfermeiros de nove municípios e dos Distritos Sanitários Indígenas Leste e Yanomami, irão fazer busca ativa de tracoma nos indígenas da Casa do Índio (Casai). A ação, dessa quarta (23) tem início a partir das 8h.

Hoje, é a terceira atividade prática realizada pela turma. A ação é promovida pela Coordenação Geral de Vigilância em Saúde (CVGS). O objetivo é capacitar profissionais dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas Leste e Yanomami, bem como dos municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Iracema, Mucajaí, Uiramutã, São João da Baliza e Pacaraima. Todas as localidades são consideradas Risco 1 pelo Ministério da Saúde (MS), pois apresentam uma incidência de 5% de casos de tracoma.

A parte prática do curso começou na terça-feira (22), e foram atendidos estudantes de duas escolas municipais. A primeira, foi em 15 turmas da escola Maria Gertrudes Mota de Lima, no bairro Santa Luzia. Os profissionais conseguiram identificar sete casos de tracoma. Os casos foram tratados e a escola vai passar por uma nova visita da coordenação, a fim de monitorar o diagnóstico.

Ainda no dia 22, a turma foi dividida em dois grupos. Quinze profissionais realizaram busca ativa na escola Nova Canaã, enquanto outros 15 estiveram na comunidade indígena Taba Lascada, do Distrito Leste, a 30 km de Boa Vista. Em média, 150 índios, entre adulto e crianças passaram pelo atendimento.

Segundo Nerlene Amorim, técnica do Núcleo de Controle do Tracoma (NCT), durante todo o dia os profissionais fizeram a busca ativa e a prova de padronização, ou seja, foi o momento dos profissionais de saúde mostrarem se estão aptos para fazer o diagnóstico da doença de fácil tratamento. "Eles [profissionais] fazem a identificação do paciente, ao mesmo tempo fazem os exames necessários para identificar se trata de um nível inflamatório ou se é uma cicatriz de tracoma", comentou.

PREVENÇÃO

O trabalho de prevenção e identificação do Tracoma foi reforçado em 2013, com o lançamento da Campanha Nacional em março. Até agora, foram visitadas oito escolas da capital e uma do município de Bonfim. No total, foram diagnosticados uma média de 30 casos. Esse trabalho segue a Política Nacional do Ministério da Saúde.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Segundo Nerlene, dos estados brasileiros só aderiram a campanha do Tracoma, São Paulo, Acre, Tocantins, e Roraima. A campanha vai continuar até Novembro de 2013, e já são discutidas as ações para 2014, porque vai ser mantida por conta da necessidade nos estados brasileiros.

TRACOMA

Tracoma é uma doença oftálmica altamente contagiosa, bacteriana, causadora de comprometimentos na córnea e na conjuntiva. A transmissão pode ocorrer sempre que houver lesões ativas na conjuntiva pelo contato direto entre as pessoas, ou por contato indireto com mãos ou objetos contaminados (toalhas, lenços, produtos de maquiagem, etc.). Alguns gêneros de moscas, especialmente as domésticas e as conhecidas como lambe-olhos, podem transmitir a bactéria para uma pessoa sem a enfermidade, mecanicamente, se pousarem sobre olhos infectados de um doente.

Quando é diagnosticado o tracoma, a criança é tratada e a família realiza exames e também recebe o tratamento mesmo não apresentando os sintomas.

Fonte: Sesau



O retorno à terra dos Tupinambás

SÍTIO CEDEFES, 23.10.2013

No sul da Bahia, 4,7 mil índios enfrentam a polícia, as tocaias e a omissão do governo federal para ter de volta o território de seus "troncos velhos"

"O velho João, meu sogro, cansou de dizer: 'Aqui nessa região ainda vem época de o rico desejar ser pobre'. Porque, quando viesse a vassoura-de-bruxa, os ricos iam perder tudo e os pobres já não tinham nada mesmo", diz dona Maria da Glória de Jesus, mulher do pajé da aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, aludindo à derrocada da cacauicultura, que dominou o sul da Bahia até o final da década de 1980. "Deus mandou a bruxa para poder salvar o pobre. Só fala que foi desgraça quem não conhece da terra, quem não quer viver na terra. Porque o pobre, de primeiro, era pisado, tinha que trabalhar ali e se matar. E pobre não tinha direito de terra. Se fosse no tempo em que não tinha a vassoura-de-bruxa, os índios estavam se apoderando de terra? Uma peste que estavam! Ô, meu Deus, os ricos mandavam matar tudo!"

A reorganização dos índios Tupinambá – que tiveram seus antepassados aldeados, a partir de 1680, na redução jesuítica de Nossa Senhora da Escada (hoje Olivença, distrito de Ilhéus) – coincide, de um lado, com a decadência dos coronéis de cacau e, de outro, com o início de uma nova etapa, inaugurada pela Constituição Federal de 1988, que passou a reconhecer os direitos territoriais indígenas. A análise de dona Maria é perspicaz. Apesar de enfraquecidos, contudo, filhos e netos dos coronéis de outrora vêm juntando forças com outros setores da elite regional – em especial, o turístico –, para inviabilizar a reparação das injustiças historicamente cometidas contra os Tupinambá.

Recentemente, o emprego de métodos que remontam ao tempo do cacau, como a contratação de jagunços e a realização de tocaias, intensificou-se. Na noite de 14 de agosto, os estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro voltavam para suas casas quando um balaço acertou o para-brisa do caminhão em que viajavam. Ninguém foi atingido pelo disparo, mas os estilhaços de vidro feriram Lucas Araújo dos Santos, 18 anos, e Rangel Silva Calazans, 25, no rosto e no peito. O ataque ocorreu em represália à realização de uma série de "retomadas de terras" (ações de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não índios) entre junho e agosto.

O processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença – que se estende por cerca de 47 mil hectares, abarcando porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una – teve início em 2004. Vivem na área cerca de 4,7 mil indígenas. Todas as contestações à demarcação foram indeferidas e não restam dúvidas sobre a tradicionalidade da ocupação indígena. Contudo, descumprindo os prazos estabelecidos legalmente, o ministro da Justiça,

CONT.



José Eduardo Cardozo, ainda não assinou a portaria declaratória da TI, para que o processo então se encaminhe para as etapas finais, incluindo o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil de cliente da reforma agrária. O governador Jacques Wagner, por sua vez, tem prestado declarações ecoando os argumentos da elite regional, que tenta convencer a opinião pública de que a demarcação provocará uma “tragédia” de grandes proporções.

Os dias que se seguiram à emboscada contra o veículo escolar foram marcados por protestos violentos no município de Buerarema, organizados por indivíduos e grupos contrários à demarcação. Imagens veiculadas pela imprensa regional mostram veículos de órgãos públicos como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/MS) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sendo retidos e incendiados pelos manifestantes. Apesar de a Força Nacional de Segurança ter sido deslocada para a área, os ataques persistiram: prédios públicos foram depredados e, no dia 24 de agosto, indígenas tiveram suas casas incendiadas. Na imprensa local, os Tupinambá são apresentados como “criminosos que se dizem índios”. Em um editorial publicado no final de agosto, lê-se: para frear a ameaça indígena, “só restam as armas”.

Para o Procurador da República em Ilhéus, Ovídio Augusto Amoedo Machado, “a conclusão do processo demarcatório é essencial para a pacificação da região, pois trará segurança jurídica para ambas as partes”. O Ministério Público Federal comprometeu-se a buscar meios para acelerar sua conclusão, bem como a instaurar investigações para apurar a autoria dos ataques contra os Tupinambá. Uma campanha pela urgente conclusão do processo demarcatório, incluindo uma petição online, foi lançada em agosto. Na ocasião, dezoito pesquisadores que desenvolveram estudos acerca dos Tupinambá, junto a diferentes universidades, divulgaram uma carta pública, enfatizando que apenas a conclusão da demarcação fará cessar o conflito territorial.

Uma orelha pregada na parede. Nas décadas de 1920 e 30, lê-se nos jornais da época, o “bando” comandado por um “criminoso perigosíssimo e hediondo” esteve à solta no sul da Bahia. Após sucessivos confrontos com a polícia, seu líder foi preso e, em 1937, desapareceu. Tratava-se de Marcellino José Alves, indígena que, junto a alguns companheiros, mobilizou-se para tentar barrar a penetração de não índios em suas terras, no que ficou conhecido como o “levante do caboclo Marcellino”, um dos muitos episódios de resistência territorial levados a cabo pelos Tupinambá.

Quando procuravam Marcellino, certa noite, os policiais invadiram um sítio habitado por três indígenas – os irmãos Flaviano, Lourenço e Rufino – e suas famílias. Para que informassem o paradeiro do “bando”, os irmãos foram amarrados, açoitados com varas e interrogados. Os filhos menores de Rufino foram poupados, mas os dois mais velhos, Estelina Maria Santana e seu irmão Pedro, levaram uma surra de bainha de facão. Estelina morreu em 1987. A história quem conta é um de seus filhos, que vive em uma área retomada.

Em sua perspectiva, o imperativo de recuperar o território tem a ver, junto às questões materiais, com uma obrigação moral, em memória de Estelina. Também participa do processo

CONT.



de retomada a filha de outro indígena torturado na perseguição a Marcellino, Manoel Liberato de Jesus, o Duca, que teve unhas arrancadas a saibro e a orelha esquerda pregada na parede. Ao fazê-lo, os policiais avisaram: se ainda estivesse ali quando voltassem, morreria. “Meu pai fez força, rasgou a orelha e saiu.” O lóbulo acabou permanentemente mutilado, como se pode ver no retrato em sua carteira de filiação ao Sindicato Rural de Ilhéus, guardada pela filha.

Estes e outros casos indicam que a constatação de uma injustiça, ruminada por décadas, conecta as retomadas de terras à violência historicamente perpetrada contra os indígenas da região. Não faltam casos de tortura, estupro, desaparecimentos e massacres, inclusive no século 20 – nem mesmo na literatura memorialística escrita pelos “vencedores”. A “pacificação dos índios” remonta aos primórdios da colonização. Em 1559, a praia do Cururupe, extremo norte da TI, foi cenário da sangrenta Batalha dos Nadadores, comandada por Mem de Sá. Segundo relato do próprio governador-geral, quando dispostos ao longo da praia, os corpos dos indígenas assassinados estendiam-se por quase uma légua.

O aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada, se, por um lado, minimizou as dificuldades enfrentadas pelos colonos para dominarem a Capitania de São Jorge dos Ilhéus – liberando terras, contendo as investidas dos índios e reservando mão-de-obra –, por outro, nunca foi capaz de desarticular completamente a sociedade indígena. Antes, a resistência expressava-se em incêndios de engenhos e fugas conjuntas de “negros da terra” (indígenas escravizados) e “negros da Guiné” (africanos escravizados), entre outras ações. Agora, em uma correlação de forças mais desfavorável, os índios aldeados punham em marcha estratégias mais ou menos silenciosas, ao passo que outros se refugiavam na mata, fora do alcance dos jesuítas.

A penetração dos não índios no território só se intensificaria com o desenvolvimento da agricultura cacauieira, a partir do final do século 19 e, mais ainda, em meados do século 20. Foi o tempo dos coronéis, como Manoel Pereira de Almeida, recordado pelos índios mais velhos por suas perversidades; de jagunços como Salu Barbadura, Testa de Ferro e Bode Preto; e das tomas de terra. Mesmo aquela que seria considerada a mais moderna agroindústria da área, a Unacau Agrícola S.A., continuou com as práticas do período “heroico” do coronelismo.

Criada em 1978, a Unacau adquiriu diversas áreas contíguas nas imediações do rio das Caveiras, em Una. “Tomaram muita roça aí nessa Unacau”, conta um indígena nascido em 1937, exemplificando com o caso de um homem conhecido como Zequinha da Manteiga, que detinha uma posse lindeira à Unacau e teria sido assassinado por capangas da empresa. Indígenas que moram nos arredores lembram-se dos “três maiores pistoleiros da Unacau”; dois eles, conhecidos como Zé Bagueiro e Antonio Silvino, já estão mortos.

Rapidamente, a Unacau tornou-se uma das maiores produtoras de cacau do país. O avanço da vassoura-de-bruxa, porém, levou-a ao declínio e, a partir da década de 1990, já sob controle do grupo Gafisa, passou a produzir pupunha e café, com financiamento público. Nos anos subsequentes, a empresa foi autuada por crime ambiental; as fazendas, arrendadas; denunciou-se o emprego de trabalho escravo na produção de café; e, em 2006, iniciou-se o processo administrativo de desapropriação de parte da área para a reforma agrária. Em maio

CONT.



de 2012, os Tupinambá retomaram a porção da Unacau localizada no interior da TI e, desde então, vêm tratando de recuperar as roças de cacau e introduzir novos cultivos.

A elite regional hoje se ocupa em negar a presença histórica dos indígenas na área, sustentando que os Tupinambá teriam sido “extintos” no século 17. Silva Campos, um insuspeito cronista, escrevendo no final da década de 1930, afirma: “Ainda agora o tipo indígena, quase indene de miscigenação de outros sangues, prepondera na massa da população”. Em 1985, Duca Liberato – o indígena que teve a orelha mutilada –, acompanhado de um parente, seu Alício Francisco do Amaral, viajou a Brasília, para pedir o apoio de Mário Juruna, então deputado federal: “viemos a fim das nossas terras, porque as nossas terras estão tomadas, e nós precisamos delas pra trabalhar”, seu Alício lembra de ter dito. A visita, contudo, não resultou em qualquer ação do Estado em defesa dos indígenas.

Durante o período em que estiveram “invisíveis” para além das fronteiras regionais, os Tupinambá aferraram-se em profecias sobre o “retorno da terra”, que se multiplicaram. Em sonhos ou momentos de “loucura”, indígenas previam: um dia, as terras onde estavam os cemitérios velhos, as terras onde muitos índios nasceram e tiveram seus umbigos enterrados, seriam libertadas. E os indígenas expropriados poderiam voltar.

“Os fazendeiros tomaram a liberdade de cada um de nós”. “Nós somos já os brotos, que nascemos dos troncos velhos. Nós estamos brotando e criando, renovando tudo de novo.” É assim que Manezinho*, 80 anos, explica o processo de retomada. No tórax, traz uma marca da violência desatada contra os indígenas em luta: a cicatriz de um tiro de bala de borracha, disparado por um agente da Polícia Federal à paisana, em uma operação de reintegração de posse significativamente batizada “Terra Firme”, realizada em 2008. “Fiquei cuspiendo sangue mais de mês”, lembra. Filho de um índio e de uma não índia vinda do norte do estado, Manezinho nasceu na mata e perdeu a mãe ainda molecote. Transtornado com a perda, o pai encantou-se pela rua e partiu, depois de trocar a terra onde vivia pela promessa de uma casa, que desabou tão logo ele chegou.

“Eu fui criado no mundo, perdido”, conta Manezinho. Trabalhou em fazendas de cacau – inclusive nas terras de Gileno Amado, conhecido coronel –, aprendeu a bater facão, cantar vaquejadas e fez “um bocado de filho por aí, esparramado”. A certa altura, como não tinha terra onde parar, refugiou-se perto do topo da Serra do Padeiro, que, apesar de cercado pelas fazendas dos não índios, continuava pouco devassado. Essa formação rochosa é um marco simbólico para os indígenas da área. Ali é a morada dos encantados, entidades não humanas que, segundo a cosmologia tupinambá, são os donos da terra. Na mesma serra, Marcellino e seus companheiros refugiaram-se da perseguição policial. Durante cerca de seis anos, Manezinho viveu ali, sob uma grande pedra, dormindo em uma cama de vara, forrada de folhas. Hoje, ao cabo de uma vida inteira “dando o dia” para os fazendeiros em troca de quase nada, vive em uma área retomada. “Agora, eu não trabalho para ninguém”, sorri.

Desde as primeiras retomadas de terras, realizadas em 2004, centenas de indígenas expropriados retornaram ao território. Antes do reconhecimento pelo Estado da existência dos Tupinambá, alguns indígenas que resistiam em pedaços de terra diminutos cumpriam um

CONT.



papel centrípeto, dando guarida ocasional aos parentes espalhados. Contudo, um retorno que se pretendesse mais amplo e definitivo – permitindo a recomposição do povo – só se tornou possível no processo de retomada. É o caso da família de Ana Zilda Ferreira da Silva: nos últimos nove anos, mais de 20 descendentes da indígena já falecida retornaram à Serra do Padeiro, em sucessivas levas, vivendo agora em quatro retomadas. “Hoje eu luto pela terra e quero terra para ter todos os meus parentes dentro”, explica uma filha de Ana Zilda. “Porque já chegou ao ponto do meu pessoal dormir no meio do tempo, sem ter um teto. A pior coisa é ver seu irmão, sua irmã sair com uma trouxa nas costas sem saber para onde ir.”

Nascida na Serra do Padeiro, Ana Zilda perambulou por boa parte do território. Uma filha mudou-se para outro estado, outra desapareceu, filhos e filhas trabalharam em fazendas. A história repetiu-se. “Minha mãe criou a gente em fazenda dos outros”, conta Lena*, 35 anos, neta de Ana Zilda. “Os fazendeiros tomaram a liberdade de cada um de nós.” Para ajudar a mãe com as despesas, aos 20 anos, Lena deixou os dois filhos pequenos e foi atrás de uma promessa de trabalho como empregada doméstica em São Paulo. “Só fui com o dinheiro da passagem, mais nada. A mulher disse que pagava 150 reais de salário; no final de um mês, ela deu cinco.” Experiências com trabalho escravo – em fazendas de cacau ou “servindo em casa de família” – povoam os relatos dos Tupinambá.

A expropriação territorial foi particularmente cruel com as mulheres indígenas. “Minha mãe me pariu chorando e xingando”, conta dona Rosa*, 58 anos, filha de uma índia Kariri-Sapuyá e de um não-índio, esposa de um Tupinambá. A mãe de dona Rosa, conhecida como Nita, nasceu na Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, próxima ao território tupinambá. O pai de dona Rosa só conseguiu se deitar com Nita – que trabalhava para ele em uma quinta de café – depois de presentear-lhe com um corte de tecido enfeitado. Em seguida, abandonou-a. Como tinha de sustentar a si e aos filhos e a reserva indígena estava tomada pelos brancos, aonde havia trabalho, Nita ia. Junto à mãe, dona Rosa trabalhou na roça, lavou roupa de ganho, quebrou pedra em uma jazida de mármore azul: “Trabalhei desde que nasci”.

Quando dona Rosa conheceu o pai, aos seis anos de idade, ele lhe deu um minúsculo frasco amarelo de perfume, mas não o sobrenome. Adulta, tornou a vê-lo. Ele lhe disse que poderia pedir o que quisesse, mas ela já não queria nada: “Nasci nua, já estou vestida”, teria respondido. Após quatro décadas resistindo junto ao marido em um pequeno sítio aos pés da Serra do Padeiro – que lhes tentaram tomar com tocaias, cercas que se moviam à noite e cartas de advogados –, ela se entusiasma com o processo de retomada: “Na aldeia, dá para viver bem. Tem lugar para andar, para correr... Aldeia dá para tudo, até para gente virar bicho”.

*nomes fictícios

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/>



CNBB publica nota sobre julgamento das condicionantes da Raposa Serra do Sol
SÍTIO CEDEFES, 23.10.2013

O Conselho Permanente da CNBB, reunido nesta terça-feira, 22 de outubro, divulgou nota em que manifesta sua confiança na decisão favorável aos povos indígenas no julgamento dos embargos declaratórios da petição 3388/RR. O julgamento será realizado nesta quarta, 23, pelo Supremo Tribunal Federal.

Os embargos questionam as 19 condicionantes fixadas na petição, que em 2009 declarou constitucional a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Os bispos esperam “ouvir do Supremo Tribunal Federal, de forma inquestionável, que as condicionantes não podem ser impostas aos povos indígenas do país, como pretende a Portaria 303 da Advocacia Geral da União-AGU”. A seguir, a íntegra da nota:

Nota da CNBB sobre o julgamento das condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

As populações indígenas do Brasil vivem a expectativa do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal-STF, dos embargos declaratórios que questionam as 19 Condicionantes fixadas na decisão da Petição 3388/RR que, em 2009, declarou constitucional a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em favor das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingaricó.

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília, se une aos povos indígenas e manifesta sua confiança numa decisão, por parte da Suprema Corte, que lhes seja favorável. É urgente confirmar a disposição do Estado brasileiro em pagar definitivamente a histórica dívida com os indígenas, acumulada ao longo dos séculos.

O STF, quando provocado, tem reconhecido e consolidado os direitos indígenas, dando segurança jurídica nos processos de demarcação e delimitação promovidos pelo Poder Executivo. Decisões importantes têm posto fim aos conflitos e garantido a paz social como o julgamento da Petição 3388/RR.

Lamentamos as insistentes iniciativas legislativas e administrativas, que ameaçam os direitos territoriais destes povos, estabelecidos na Constituição Brasileira. A efetivação do seu direito às terras tradicionais e o respeito à sua cultura são condição essencial para que vivam com dignidade e em paz.

O julgamento dos embargos de declaração enseja oportuna ocasião ao Supremo Tribunal Federal de consolidar um marco de segurança dos direitos dos povos indígenas, garantindo que estes possam administrar e gerir seus territórios conforme seus próprios projetos de vida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Espera-se, portanto, ouvir do Supremo Tribunal Federal, de forma inquestionável, que as condicionantes não podem ser impostas aos povos indígenas do país, como pretende a Portaria 303 da Advocacia Geral da União-AGU.

Brasília-DF, 22 de outubro de 2013.

Cardeal Raymundo Damasceno Assis
Arcebispo de Aparecida
Presidente da CNBB

Dom José Belisário da Silva
Arcebispo de São Luís
Vice-presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner
Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário Geral da CNBB

Fonte: CNBB



MPF ajuiza ação para que guatós tenham acesso à água potável

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.10.2013

Vinícius Squinelo

O MPF (Ministério Público Federal) em Mato Grosso do Sul ajuizou ação judicial para que a União providencie, dentro de 48 horas, o abastecimento e tratamento de água na Aldeia Uberaba, da Comunidade Indígena Guató, localizada a 350 km de Corumbá.

Os índios estão há mais de três meses sem água potável. O gerador da comunidade, que retira água do Rio Paraguai e movimenta uma pequena estação de tratamento, está danificado desde uma queda de energia elétrica. Sem o equipamento, a saúde dos guató está comprometida pelo consumo de água imprópria. Segundo relato dos próprios índios, adultos e crianças têm sofrido com vômitos, diarreias e dor estomacal.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), após recomendação expedida pelo MPF em agosto deste ano, deslocou novo gerador de energia para a comunidade - que estava parado em Campo Grande desde julho. Contudo, apesar do envio do equipamento em 18 de setembro, até então nenhuma equipe técnica foi encaminhada para instalá-lo.

Servidores da Sesai chegaram a argumentar que a ocupação da sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) estava impossibilitando o trabalho. Porém, a justificativa foi rechaçada pelo MPF, que declarou ser notória a pacificidade do manifesto realizado em Campo Grande, não havendo argumentos para o descumprimento do recomendado.

Na ação ajuizada, o Ministério Público Federal pede a fixação de multa diária de R\$ 5 mil, caso a União continue inerte na resolução do problema.

AM – Indígenas prometem interditar BR-319 hoje, 23, em protesto contra [não] demarcação de terras

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.10.2013



Indígenas pedem pelo arquivamento de propostas e projetos que vão contra seus direitos (Clóvis Miranda)

Por Vinicius Leal em A Crítica/UOL

A rodovia federal BR-319, no trecho entre as cidades de Humaitá (AM) e Porto Velho (RO), deve ser interditada hoje, quarta-feira (23). É o que prometeram os indígenas da região, que protestam contra propostas que transitam no Congresso Nacional e que podem reduzir os direitos constitucionais dos índios, relacionadas principalmente à demarcação de terras.

Os indígenas protestam contra a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição PEC 215 e PEC 038/99, do Projeto de Lei Complementar PLP 227/12 e da Portaria 303/12, da Advocacia-Geral da União (AGU). Segundo o líder Aurélio Piarin, a interdição da rodovia foi decidida em conjunto por 150 índios após uma assembleia interestadual realizada na cidade de Humaitá, a 675 quilômetros a sul de Manaus.

No encontro, participaram índios de diversas etnias do Amazonas, Rondônia e Pará. "Queremos a reposta do Governo Federal e do legislativo. Enquanto não tivermos essa resposta, a manifestação continua. Se ela (Dilma Rousseff) não receber o movimento até abril (de 2014),

CONT.



decretaremos greve em nível nacional. Vamos fechar todas as rodovias federais no dia da Copa do Mundo”, declarou Aurélio Piarin.

A interdição da rodovia BR-319 ocorre no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, planeja julgar embargos contrários à demarcação contínua na reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima e que é palco de diversos embates entre índios e ruralistas.

Segundo o indígena Piarin, a manifestação contará com a participação de políticos do Amazonas e de Rondônia, e do deputado federal Padre Ton (PT-RO), presidente do Centro Parlamentar Indígena da Câmara Federal.

Indígenas

Entre as medidas em tramitação que afetam os indígenas, a PEC 215, elaborado pelo deputado Almir Sá (PPB/RR), quer transferir do Governo Federal para o Congresso a competência para aprovar a demarcação e homologação das áreas indígenas e quilombolas.

Já a PEC 038/99, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), quer deixar para o Senado Federal a competência para aprovar processos de demarcação das terras indígenas, obrigando essas áreas a ocuparem o limite de 30% da superfície de cada estado.

De autoria do deputado Homero Pereira (PSD/MT), o PLP 227/12 busca legalizar latifúndios, empreendimentos econômicos, cidades, estradas ou assentamentos rurais dentro de terras indígenas, com base em lei complementar prevista na Constituição Federal que regulamenta exceções ao direito exclusivo dos indígenas em usar essas terras quando haveria relevante interesse público da União para compartilhar essas áreas.

A Portaria 303/12, movida pela Advocacia-Geral da União, também é motivo de mobilização indígena. A medida quer permitir ao poder público intervir em áreas indígenas demarcadas sem a necessidade de autorização das populações residentes, além de pedir revisão das recomendações dadas aos órgãos federais sobre o direito do uso da terra indígena.

Seminário sobre as 19 condicionantes reuniu ontem lideranças indígenas da Raposa Serra do Sol para debater direitos indígenas garantidos na Constituição Federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2013



O seminário sobre “Análises Jurídicas e Políticas das Condicionantes do caso Raposa Serra do Sol no STF”, realizado ontem, 22, na Universidade Federal de Roraima reuniu mais de cem participantes, entre lideranças indígenas da Raposa Serra do Sol, estudantes indígenas, movimentos sociais, órgãos públicos e sociedade em geral.

A ocasião foi proposta para abrir um debate sobre as dúvidas e controvérsias em torno das 19 condicionantes, e reforçar o posicionamento contra as condições que ameaçam os direitos indígenas, condições que são prejudiciais tanto aos povos da Raposa Serra do Sol quanto em geral aos povos indígenas do Brasil. Por isso, a luta travada incansavelmente durante esses quatro anos, pós-homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, quando foram apresentadas as 19 condicionantes, por meio dos Embargos de Declaração (Petição 3.388) é fortalecida, neste momento de julgamento dos Embargos, que ocorre hoje pelo Supremo Tribunal Federal.

Durante o seminário foi feita a contextualização da Raposa Serra do Sol, abordando aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, no ponto de vista atual vivido pelos povos indígenas Macuxi, Wapichana, Patamona, Ingaricó e Taurepang, das quatro etnorregiões Serras, Baixo Contingo, Surumu e Raposa. Uma vivência a base do trabalho comunitário, na produção

CONT.



agrícola de milho, mandioca, batata, macaxeira, da pecuária com uma produção bovina de mais 30 mil cabeças de gado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, além da piscicultura, também um dos pontos fortes de sustentabilidade das comunidades indígenas.

O contexto também mostrou a organização social dos povos indígenas, através do fortalecimento dos povos em defesa dos direitos indígenas, sobretudo em defesa da terra tradicionalmente conquistada e ocupada pelos povos originários. A visão indígena quanto à garantia da terra se sobrepõe à garantia de vida para as futuras gerações, que somam hoje mais de 22 mil indígenas na TI Raposa Serra do Sol.

Para o esclarecimento das dúvidas e controvérsias quanto as 19 condicionantes, assim como os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988, estiveram presentes o Procurador Federal Gustavo Kenner de Alcântara, do Ministério Público Federal de Roraima (MPF/RR), o Procurador Estadual Edson Damas, do Ministério Público Estadual de Roraima (MPE/RR), o Diretor Tesoureiro Antonio Oneildo Ferreira, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RR), a Advogada Ana Paula Joaquim, da Universidade Estadual de Roraima (UER/RR), o Professor Doutor Serguei Camargo, da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e o Professor Indígena Ednaldo André, da região das Serras, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Os representantes se basearam sob os temas propostos pelo seminário, analisando as condicionantes que reproduzem os preceitos constitucionais, as condicionantes que contrariam e limitam os direitos constitucionais dos povos indígenas, e as condicionantes que inovam o ordenamento jurídico e violam os direitos indígenas.

O Diretor Tesoureiro da OAB Antonio Oneildo Ferreira, falou que "a Constituição é muito clara, e a forma como foram propostas as condicionantes pelo Supremo Tribunal Federal de forma indevida está ferindo os direitos constitucionais, amparados pela República Federativa". Disse ainda "que o STF não poderia editar as 19 condicionantes, mesmo atuando na função de justiça, pelo contrário, tem que fazer respeitar a Constituição, fazer cumprir, proteger e respeitar os direitos indígenas".

O Procurador Federal Gustavo Kenner de Alcântara, do Ministério Público Federal, pronunciou-se em relação ao assunto destacando que "as condicionantes que estabelecem regras ao usufruto dos indígenas sob os seus territórios tradicionais já ferem a Constituição Federal". Disse ainda que "as condicionantes foram criadas por questão política, pois não existe condicionante no ordenamento jurídico, nem mesmo salvaguardas constitucionais". O Procurador destacou que o STF foi omissivo quanto à consulta às comunidades indígenas sobre o assunto das 19 condicionantes, descumprindo a Convenção 169 da OIT.

Edinaldo André, liderança indígena da Raposa Serra do Sol, questionou as dúvidas e as controvérsias que existem na própria função dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois não há uma clareza entre os órgãos sobre o posicionamento da garantia dos direitos indígenas. Edinaldo André destacou o desenvolvimento social, cultural, ambiental e político da terra indígena Raposa Serra do Sol após a homologação, que poderá ser prejudicado com as 19

CONT.



condicionantes. No entanto, reforçou a produção existente nas comunidades indígenas, tanto agrícola quanto pecuária, dando visibilidade ao desenvolvimento econômico que há na Raposa Serra do Sol.

No ato também foi lançada a campanha “Contínua e Constitucional, sem Condicionantes”, abordando o contexto de desenvolvimento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, após quatro anos da homologação, alcançando resultados importantes e históricos no que diz respeito ao processo de desenvolvimento sociocultural dos povos indígenas. Entre os avanços, foi destacada a venda de produtos agrícolas para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através do Projeto de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, somando um total de 1 milhão em vendas dos produtos destinados aos programas sociais do governo federal, como o Mesa Brasil, assim como destinadas as próprias comunidades indígenas e atendendo mais de 43 mil pessoas, indígenas e não indígenas.

Diante do contexto, as lideranças indígenas seguem firmes na certeza de que o Supremo Tribunal Federal vai cumprir com a Constituição Federal de 1988, dando parecer favorável ao posicionamento dos povos indígenas do Brasil. O seminário encerrou com a expectativa de um resultado positivo, mas também de um debate contínuo sobre os direitos dos povos indígenas. O evento teve a parceria da Universidade Federal de Roraima, com o apoio das organizações indígenas de Roraima, movimentos sociais, instituições públicas e demais parceiros da causa indígena, que juntos somam forças em defesa dos direitos dos povos indígenas.

Fonte: Assessoria de Comunicação do CIR



Aty Guasu: Decisão dos Povos Indígenas Guarani e Kaiowá sobre a votação, esta tarde, das condicionantes de RSS no STF
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2013

Nota da Aty Guasu Guarani e Kaiowá contra a portaria 303/12 editada pela Advocacia Geral da União (AGU). Esta portaria nociva aos povos indígenas em parte é baseada em dezenove (19) condicionantes do Supremo Tribunal Federal em pauta amanhã (hoje) 23/10/2013 no STF. Esta nota visa destacar a decisão dos povos indígenas Guarani e Kaiowá frente às arguições dos advogados dos fazendeiros/políticos nos pedidos do cancelamento da regularização das Terras Indígenas à Justiça Federal, TRF3, STF



A princípio, destacamos mais uma vez que no atual Estado de Mato Grosso do Sul, desde 1980, por meio das arguições infundadas dos advogados dos fazendeiros já conseguiram paralisações da regularização das terras indígenas demandadas e já obtiveram várias ordens de despejo judicial violento dos indígenas de seus espaços territoriais tradicionais, bloqueando e suspendendo todos os processos demarcatórios e reconhecimentos das terras indígenas pelo Estado brasileiro.

Essa violência contra os indígenas ocorreu frente à existência dos direitos indígenas, tendo em vista que Justiça Federal em MS sempre ignorou os direitos indígenas. Assim, todas as terras indígenas identificadas e reconhecidas pelo governo federal se encontram judicializadas e paradas eternamente no âmbito da Justiça Federal, TRF3, STJ, STF, desde meados de 1980, isto é, as terras indígenas identificadas e delimitadas pela FUNAI, em 1980, não foram

CONT.



concluídas pelo governo federal. No atual Estado de Mato Grosso do Sul, pela última vez em 1928 os pedaços das terras indígenas Guarani e Kaiowá foram regularizadas pelo governo do Brasil. Desde 1928 não foi mais concluída o processo da demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. Essa é a verdade.

É importante destacar que a partir de 2009, baseados nos dezenove condicionantes do STF, os advogados dos fazendeiros já recomeçam a argumentar no âmbito da Justiça Federal contra as regularizações finais da demarcação de todas as terras indígenas, reforçando a paralisação e cancelamento da demarcação das terras indígenas. A justiça federal em Mato Grosso do Sul já passou a considerar alguns dos 19 condicionantes do STF, atendendo aos pedidos dos advogados dos fazendeiros e ignorando os direitos indígenas. Diante dessa situação, os condicionantes do STF são preocupações centrais dos povos indígenas do MS e do Brasil. Visto que os 19 condicionantes do STF em foco já permitem e embasam a paralisação total e, sobretudo o cancelamento definitivo da demarcação das terras indígenas.

Além disso, destacamos o outro fato preocupante dos indígenas, em 2012, os políticos/fazendeiros, baseados nos 19 condicionantes do STF pressionaram e convenceram o governo federal e a AGU para editar a portaria nº 303/2012, contrariando os direitos constitucionais dos povos indígenas. Essa portaria 303 é similar ao PEC 215 em discussão.

Em segundo semestre de 2013, frente à paralisação total da regularização das terras indígenas pela justiça federal e já há nova ameaça de cancelamento dos processos da regularização das terras indígenas por meio dos 19 condicionantes do STF, os indígenas Guarani e Kaiowá juntamente com outros povos indígenas do Mato Grosso do Sul já se encontram preparados para reocupar e recuperar todas as terras indígenas reivindicadas. Essa é uma decisão dos povos indígenas do MS que já aguardaram várias décadas a conclusão da regularização e posse das terras tradicionais reivindicadas.

Como já é sabido, o movimento e as táticas indígenas Guarani, Kaiowá, Terena, Kadweu de recuperação total e definitiva das terras indígenas tradicionais começaram no primeiro semestre de 2013, recomeçam e avançarão no segundo semestre de 2013 e em 2014. Em outubro de 2013, os 5.000 mil Guarani Kaiowá do tekoha Yvy Katu-Japorã-MS recomeçam a reocupar o tekoha Yvy Katu.

Hoje (ontem), dia 22 de outubro de 2013, uma comissão de lideranças Guarani e Kaiowá comunicou diretamente à equipe do Governo Federal e todos (as) autoridades nacionais em Brasília-DF que o povo Guarani e Kaiowá está decidido para recuperar as terras indígenas judicializadas. De forma igual, mais de quatro mil (4.000 mil) do Yvy Katu-Japorã-MS, retornam a comunicar às autoridades federais que vão reocupar definitivamente a totalidade do tekoha Yvy Katu que já foi reconhecida e declarada pelo ministro da justiça em 2005, mas está o processo está parado na Justiça Federal.

Amanhã (hoje), dia 23 de outubro de 2013, no dia em que o STF votará os dezenove (19) condicionantes mencionados, os 5.000 mil Guarani e Kaiowá se preparam e se mobilizam no tekoha Yvy Katu-Japorã-MS.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Por fim, evidenciamos que o tempo de esperar e a paciência dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul acabou, todos já cansados de aguardar a decisão do governo e justiça federal, já aguardaram mais de três décadas ou mais de trinta anos, vários indígenas já morreram, por isso não aguardarão mais não! Essa é decisão pública irrenunciável dos povos Guarani e Kaiowá.

Atenciosamente,

Tekoha Guasu Yvy Katu, 22 de outubro de 2013

Aty Guasu Guarani e Kaiowá

Mobilização em Raposa Serra do Sol (RR) reúne mais de mil indígenas para acompanhar julgamento do STF
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2013



Por Renato Santana, de Brasília (DF), no Cimi

Desde a noite desta terça, 22, mais de mil indígenas dos povos habitantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, estão reunidos em mobilização na comunidade Barro, às margens da BR-174, que liga a capital Boa Vista ao município de Uiramutã, encravado no meio da terra indígena. No território vivem os povos Macuxi, Wapixana, Igaricó, Patamona e Taurepangue. Os Yanomami também participam da mobilização.

Os povos protestam contra as 19 condicionantes a serem julgadas nesta quarta, 23, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na Petição 3388, que trata dos embargos declaratórios à decisão favorável a constitucionalidade da demarcação de Raposa, em 2009. A decisão da Suprema Corte foi questionada (embargada) por fazendeiros e as condicionantes pelas comunidades indígenas de Raposa e Ministério Público Federal (MPF).

Enquanto a rodovia é fechada e aberta a cada 30 minutos, os povos realizam apresentações culturais, dialogam sobre os malefícios das condicionantes, dançam e organizam rituais. "A maior esperança nossa enquanto povo indígena é com relação ao respeito aos direitos

CONT.



indígenas. Então esperamos que essas condicionantes não sejam aprovadas”, explica Gercimar Moraes Malheiro Macuxi, do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Joenia Batista Carvalho Wapixana, advogada das comunidades indígenas embargantes e também de Raposa Serra do Sol, afirma que “o STF tem sido essencial na garantia de nossos direitos. Foi assim na questão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT) e da Terra Indígena Caramuru Catarina-Paraguaçu (BA). Então confiamos nos ministros, mas deixamos claro que somos contra todas condicionantes, seja para Raposa ou para as demais terras Brasil afora”.

Para Gercimar Macuxi as condicionantes representam um atentado contra a vida dos povos indígenas: “Se essas condicionantes são aprovadas, as comunidades que tiveram terras demarcadas de forma errada não serão ressarcidas com a correção, que eles chamam de ampliação. Então o país não pode aceitar medidas que visam acabar com a pluralidade de povos e culturas. São valores do Brasil, que é plural e não singular”, declara.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) se mobilizou e toda direção da organização está em Brasília para acompanhar o julgamento na Corte do STF. “As condicionantes, na verdade, a gente avalia que foram colocadas para se atingir as terras indígenas de todo o país. O problema é que nesse caso não teve o contraditório. A AGU tentou com a Portaria 303 estender elas para o Brasil, mesmo sem o entendimento dos ministros”, pontua Márcio Kaingang, da direção da APIB.

Ex-ministros do STF dizem que condições impostas à Raposa Serra do Sol não se aplicam a outros casos. Julgamento no STF começa às 14h
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2013

Julgamento começa às 14 horas de hoje, no STF. "Relator do processo, o ex-ministro Carlos Ayres Britto considera que as 19 condicionantes fixadas para a Raposa Serra do Sol não se estendem automaticamente a outras áreas indígenas em processo de demarcação ou já existentes. "Penso que as condicionantes não valem para outros casos". O ex-ministro Eros Grau, ao ser perguntado se levou em conta a hipótese de as regras estabelecidas em 2009 serem posteriormente estendidas para outros processos demarcatórios, respondeu que votou "o caso, para o caso, sem ter em mente nada senão o que deveria ser decidido" à época".



Representantes indígenas acompanham julgamento no Supremo Tribunal Federal da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Dezembro de 2008. Foto: Wiki.

Alex Rodrigues, Repórter da Agência Brasil

Brasília – Dois ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) disseram à Agência Brasil que tinham em mente apenas o caso específico da Raposa Serra do Sol quando, em 2009, discutiram e ajudaram a estabelecer as 19 condições aprovadas para que cerca de 20 mil índios de cinco etnias se fixassem definitivamente na terra e os não índios deixassem a área. Há mais de quatro anos, eles votaram pela manutenção da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em uma única área contínua de 1,74 milhão de hectares. No ano passado, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou a Portaria 303 baseada na decisão do STF.

CONT.



Relator do processo, o ex-ministro Carlos Ayres Britto considera que as 19 condicionantes fixadas para a Raposa Serra do Sol não se estendem automaticamente a outras áreas indígenas em processo de demarcação ou já existentes. "Penso que as condicionantes não valem para outros casos". O ex-ministro Eros Grau, ao ser perguntado se levou em conta a hipótese de as regras estabelecidas em 2009 serem posteriormente estendidas para outros processos demarcatórios, respondeu que votou "o caso, para o caso, sem ter em mente nada senão o que deveria ser decidido" à época.

Britto e Grau são dois dos dez ministros que, em março de 2009, validaram a demarcação da Raposa Serra do Sol conforme a União havia determinado em 1998 e homologado em 2005. Durante o julgamento, apenas o ministro Marco Aurélio Mello votou pela anulação do processo administrativo de demarcação da área. Na época, Britto defendeu que, se aprovada, a 17ª condicionante, que proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas, só poderia vir a valer para o caso que estava em julgamento, ou seja, para a Raposa Serra do Sol. Britto se aposentou este ano. Grau deixou o STF em agosto de 2010.

Procurados, a ex-ministra Ellen Gracie não quis se pronunciar sobre o assunto e o ex-ministro Cezar Peluso não respondeu aos e-mails enviados pela reportagem por meio de sua secretária.

O entendimento de que a decisão do STF estabeleceu um precedente jurídico, a partir do qual as 19 condicionantes se aplicam automaticamente a outros processos demarcatórios de terras indígenas, motivou a AGU a publicar, em 2012, uma portaria estabelecendo que advogados e promotores públicos devem observar o cumprimento das mesmas condições impostas à Raposa Serra do Sol em qualquer processo demarcatório, inclusive nos já finalizados.

A chamada Portaria 303 gerou protestos de índios e de organizações indigenistas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) também manifestou preocupação com a iniciativa, alegando que ela restringe direitos indígenas ao tomar como base uma decisão não definitiva, uma vez que ainda falta o STF julgar os chamados embargos declaratórios apresentados ao processo - julgamento que está previsto para começar hoje (23) à tarde. Ao menos 30 índios de várias etnias e diferentes regiões estão em Brasília para acompanhar a sessão do STF desta quarta-feira.

Após protestos indígenas, inclusive com o bloqueio de estradas e com a ocupação do plenário do Congresso em protesto contra essa e outras iniciativas que os índios consideram prejudiciais aos seus interesses, a AGU suspendeu a entrada em vigor da portaria até que o STF aprecie os oito embargos e dê a palavra final sobre a validade das 19 condicionantes e se elas se aplicam a outros casos além da Raposa Serra do Sol.

Para o assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Adelar Cupsinski, as manifestações dos dois ex-ministros à Agência Brasil têm um peso que não pode ser ignorado no julgamento de hoje à tarde, principalmente pelos ministros que assumiram depois de março de 2009.

CONT.



“Dizer que as condicionantes se aplicam automaticamente a outros casos é uma interpretação extremamente equivocada e, a meu ver, essas manifestações reforçam os argumentos pela derrubada definitiva da Portaria 303”, declarou o advogado, argumentando que, mais que anular a portaria, índios e militantes do movimento indigenista esperam ver as condicionantes anuladas. “Como essas condições não eram objeto da ação [Petição 3.388] e foram propostas durante o julgamento [que considerou constitucional a demarcação da reserva em área contínua], não houve o contraditório, sem o qual elas não poderiam ser fixadas”.

O argumento de Cupsinski vai ao encontro do embargo declaratório proposto pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que sustenta que não cabe ao STF legislar, que não houve discussão prévia com a sociedade sobre as regras impostas com a aprovação das 19 condicionantes e que várias delas ferem os interesses das comunidades indígenas.

Entre as regras mais contestadas pelos índios estão, além da que proíbe a ampliação das reservas já homologadas, a que estabelece que o “relevante interesse público da União” no uso de riquezas minerais se sobrepõe ao direito das comunidades indígenas ao usufruto da terra; as que fixam que o usufruto indígena da terra não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, pesquisa, lavra e garimpagem de riquezas minerais, atividades que dependerão de aprovação do Congresso Nacional; a que autoriza a União a criar estradas e vias de transporte e instalar redes de comunicação e equipamentos públicos no interior de áreas indígenas sem estabelecer a necessidade de consulta e diálogo com as comunidades afetadas.

A AGU preferiu não comentar as declarações dos ex-ministros até que o STF julgue os embargos declaratórios.

Edição: Graça Adjuto

Livro com receitas indígenas e visitas de chefs a tribos marcam interesse por essas tradições

SÍTIO FOLHA DE S. PAULO, 23.10.2013

Quando dona Brazí chegou a São Paulo quatro anos atrás, trazendo um embornal com saúvas, tucupi preto e beiju, foi um reboiço. Por semanas os chefs só falavam na índia baré e nas formigas que havia servido no Tordesilhas.

Agora a cozinheira volta à cidade para lançar "Dona Brazí: Cozinha Tradicional Amazônica", publicado pela editora Bei. "É raro as pessoas conseguirem pôr num livro suas histórias e receitas", diz à Folha, de São Gabriel da Cachoeira (AM). "Muita coisa aconteceu desde que o Alex veio me conhecer."



Viritre, instrumento usado pelos índios Yawanawa (no Acre), feito de madeira leve e quatro hastes em uma das pontas usado pra preparar a caicúma (mingau)

O Alex, a quem trata com intimidade, é o Atala. Foi ele o primeiro chef de São Paulo a visitar dona Brazí na cidade do alto Rio Negro em que quase 90% da população é indígena e onde só se chega de barco ou num turboélice.

Os paulistanos Mara Salles e Leo Botto, o catarinense Felipe Schaedler e o francês Pascal Barbot também foram a São Gabriel e visitaram comunidades indígenas da região. Conheceram ingredientes e modos de fazer dessa cozinha já algo cabocla.

"Os povos da região têm uma dieta variadíssima, com alimentos provenientes da floresta, do rio e das roças. Os baniwa, por exemplo, consomem 45 tipos de frutas", diz o ecólogo Adeilson Lopes da Silva, da equipe do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, o ISA.

São os baniwa que fazem a jiquitaia, pimenta em pó elaborada com diferentes variedades secas ao sol e piladas com sal. O ingrediente indígena é vendido em São Paulo e usado por chefs.

Para o ecólogo, a região dispõe de muitos outros produtos com potencial gastronômico semelhante. "Tem o tucupi preto, as farinhas, os óleos de palmeiras, os cogumelos comestíveis, o mel de abelhas nativas."

CONT.



VIVÊNCIAS

Mara Salles, que receberá novamente dona Bazi para um jantar a quatro mãos no Tordesilhas, diz que aprendeu a "pescar" saúva e a pôr a pimenta inteira nos caldos, no fim do cozimento. "Sem falar na complexidade das farinhas, o tanto de processamentos da mandioca."

Neste ano, outra chef esteve em uma comunidade indígena pesquisando os modos de fazer. Ana Luiza Trajano, do Brasil a Gosto, passou 27 dias na tribo dos yawanawá, no Acre. É com essa experiência que ela encerra seu novo livro, "Cardápios do Brasil", a ser lançado pela editora Senac/SP em novembro.

"Foi lindo vê-los sair para as caças coletivas. Ficam cinco dias na mata e voltam com alguns animais já moqueados. Os mais apreciados, como paca e anta, matam só no último dia, para a carne vir fresca", conta Ana Luiza, que está servindo um cardápio inspirado no que aprendeu com os yawanawá.

Impossibilitada de tratar as carnes na brasa, como os índios fazem para conservá-las, a chef criou uma cerâmica que emula um moquéim. Sobre a peça, serve um pintado cozido com ervas amazônicas. No menu, a única caça é a paca, criada em cativeiro autorizado pelo Ibama.

Apresentadora de uma série de TV sobre gastronomia brasileira, a chef Bel Coelho esteve com os yanomami, no sul de Roraima, gravando um episódio para o Discovery e o canal franco-alemão ARTE.

Ajudou a colher mandioca, viu uma índia cozinhando um macaco recém-caçado e voltou impressionada com a forma como compartilham a comida. "Sabores e técnicas são muito simples. Foi uma experiência inspiradora. Gastronômica e socialmente."

JANAINA FIDALGO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Povos Indígenas do sul do Amazonas e Rondônia exigem respeito à Constituição Brasileira

SÍTIO CIMI, 23.10.2013



Teve início neste dia 21 de outubro, em Humaitá (AM), o Encontro dos Povos Indígenas, promovido pela Opiam (Organização dos Povos indígenas do Alto Madeira), da qual fazem parte os povos indígenas Tenharim, Parintintim, Mura, Torá, Pirahã, Apurinã e Miranha. Também contou com a participação de representantes dos povos Munduruku (PA), Zoró, Arara, Gavião e Karitiana (RO).

Autoridades locais estiveram presentes no encontro, além do deputado Federal Padre Tom (PT/RO) e o deputado estadual Sidney Leite (DEM/MA).

As lideranças manifestaram seu repúdio contra a situação de abandono dos povos e o preconceito que afetam as comunidades. Afirmam que os parentes estão morrendo, mas permanecem em silêncio, enquanto a sociedade envolvente alarma quando morre um pássaro ou um animal e nem liga para as mortes de indígenas e suas crianças. "Os povos indígenas vigiam e guardam suas terras sem cobrar nada, enquanto os órgãos públicos ganham muitas diárias sem defender a natureza", afirmou Antenor Karitiana. Estes gastos deveriam ser aplicados para garantir nossos direitos, a saúde a educação e outros.

Margarida Tenharim disse "Já se passaram 500 anos, imaginávamos outros 500 diferentes. Porém, a situação continua igual ou pior. Nós, como mulheres, apostávamos na presidenta Dilma, por ser mulher. Porém, ela está nos decepcionando. Ela deveria ter mais respeito por nossos povos, mais respeito com o povo brasileiro. Nós somos os originários das terras e não queremos que tenha mineração em nossas terras. Nenhum grande projeto deve afetar nosso território. Somos contra e queremos que sejam enterradas todas as PECs e PLs que violam a Constituição Brasileira". O governo afirma que faltam apenas 3% para que todas as terras indígenas sejam demarcadas, porém os indígenas afirmam que mais de 60% ainda não estão regularizadas.

Em seu pronunciamento sobre as PECs e PLs, Ivanildo Tenharim avalia "que o governo brasileiro, junto com as lideranças indígenas, tem capacidade de elaborar as propostas sobre mineração, saúde, educação. Nós podemos fazer nossos projetos. Não precisa copiar de europeus e dos outros".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

As atuais PECs e PLs em discussão no Congresso afetam diretamente todos os povos indígenas do Brasil. Uma nega o direito ao território, a outra viola o direito exclusivo dos povos originários sobre seus territórios e outras promovem a invasão dos territórios, promovendo a apropriação das riquezas naturais pelos não indígenas.

No final do encontro, os participantes decidiram realizar uma manifestação para fechar a BR 319 com o objetivo de demandar o cancelamento de todas as PECs e PLs que afetam os direitos indígenas, em repúdio aos grandes projetos, como o projeto hidrelétrico de Tabajara, o descaso com a educação indígena e a negligência da SESAI no atendimento à saúde indígena.

A Raposa e os índios

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 23.10.2013



Criança macuxi na TI Raposa-Serra do Sol | © Eliane Motta

Raul do Valle

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar o julgamento do caso da demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR). Embora o caso concreto já tenha em grande parte se resolvido – a terra foi oficialmente reconhecida em área contínua e os ocupantes foram retirados – ainda pendem de análise embargos de declaração, que versam sobre pontos da decisão que podem afetar não só esse caso concreto, mas muitos outros Brasil afora.

Quando do julgamento, os ministros do STF se depararam com um conflito muito acirrado. De um lado, as comunidades indígenas, que há mais de 30 anos lutavam para ver reconhecido o seu direito à terra há séculos tradicionalmente ocupada. De outro lado, um grupo heterogêneo de atores que defendia, por razões diversas, a demarcação da área em ilhas, com a manutenção dos fazendeiros que ali haviam se estabelecido, e que se subtraíssem as áreas em faixa de fronteira.

Diante dessa situação, e da complexidade da questão, os ministros da época resolveram adotar uma solução salomônica: reconheceram a legalidade da demarcação em área contínua, mas estipularam uma série de ressalvas, várias delas sem uma correspondência muito clara com o

CONT.



texto constitucional. Como nenhuma dessas ressalvas, ou “condicionantes”, estava presente no pedido feito na ação original – que se restringia ao reconhecimento ou não da área como terra indígena – e tendo elas surgido no voto do ex-ministro Meneses de Direito como uma tentativa de conciliação, os demais ministros não tiveram condições de analisá-las, e praticamente não houve debate sobre elas.

Como algumas das condições inovam na ordem jurídica, mas foram enunciadas de forma muito genérica, inclusive com posicionamento divergente de ministros que acabaram apoiando-as, uma grande confusão foi armada. A primeira: ao criar novas regras, algo que não é propriamente sua função, o STF estaria estendendo essa decisão a outros casos? Ou essas condições deveriam valer apenas àquele caso concreto, cheio de peculiaridades?

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) que vem realizando uma verdadeira cruzada contra as terras indígenas, rapidamente entrou com um pedido para que o STF reconhecesse a “repercussão geral” do caso, o qual foi rechaçado. O que mais lhe interessa é transformar em regra geral a teoria do “fato indígena”, apoiada por alguns poucos ministros durante a votação, segundo a qual o marco temporal para reconhecer o direito indígena à terra deveria ser a data da promulgação da Constituição Federal. Embora não tenha sido bem debatida, essa tese leva a crer que os índios só teriam direito às terras efetivamente ocupadas em outubro de 1988. Mas a própria decisão ressaltou o caso daqueles povos que tenham saído de suas terras, anteriormente a essa data, contra a sua própria vontade. Como praticamente todos os povos que reclamam por seus territórios tradicionais deles saíram por circunstâncias alheias a seu livre arbítrio, a questão não ficou esclarecida. Essa a razão dos embargos que serão julgados: explicar o que está confuso.

E há outros pontos que precisam ser esclarecidos. Um deles estipula que “a expansão estratégica da malha viária” e a “exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico”, tal como definido pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN), serão implantados sem consulta às comunidades afetadas. Essa condição, além de transparecer autoritarismo, contrariando inclusive o próprio texto constitucional (art.231,§3o), suscita dúvidas quanto a seu alcance. Pode o CDN, que se reúne apenas excepcionalmente, definir que uma estrada que corta uma terra indígena é “estratégica” ao país, porque vai baratear o escoamento de soja, por exemplo, tolhendo assim o direito de algumas comunidades de serem consultadas? Ou isso vale apenas para as estradas de uso militar em faixa de fronteira, como as existentes na Raposa?

Por essas e outras que a decisão do STF sobre os embargos é tão importante, o que, aliás, vem se tornando comum. Delimitar o alcance da decisão e esclarecer o que cada condição quer realmente dizer será um grande serviço ao país. Os 11 ministros estarão decidindo, no fundo, qual valor deve pautar a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas: o da submissão ou o do respeito. Isso dirá muito sobre a democracia que queremos ser.



Boletim de Notícias - Edição nº 193/ 2013

Brasília, 23 de outubro de 2013.

Representação da FCP – MinC na Bahia começa temporada de visitas aos quilombos do estado

SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 23.10.2013

Para estreitar relações e aumentar o reconhecimento quilombola nas comunidades, a Representação Regional da Fundação Cultural Palmares – MinC para Bahia e Sergipe, começa no próximo dia 26 de outubro, o ciclo de visitas e atividades, "Palmares nos Quilombos". A primeira comunidade a receber a equipe da Fundação é o Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho/BA.

O estado da Bahia tem mais de 500 quilombos e a representação regional espera com a atividade, atender as solicitações das comunidades, "o objetivo é, também, fortalecer as lideranças locais, e promover debates para apoiar a promoção da cultura negra nos quilombos", disse o representante da FCP no estado, Fábio de Santana.

A primeira atividade tem o apoio da Fundação Pedro Calmon, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e promoverá no Centro Comunitário Nova Esperança, na comunidade Pitanga dos Palmares, oficinas de teatro, leitura e dança afro, e a exibição do DVD Áfricas, seguida de um debate sobre história local e expressão cultural.

FCP – MinC e as Comunidades Quilombolas – Desde 2003, a FCP– MinC emite as certificações comprovando a origem da comunidade. Esse documento parte de uma vontade dos próprios moradores de se declararem quilombolas e, quando expedido, possibilita a inserção em políticas públicas, de educação, de saúde e de crédito. Atualmente, o acesso às políticas públicas e a regularização fundiária estão entre desafios enfrentados pelos quilombolas. Hoje, existem 2.278 comunidades certificadas pela FCP – MinC, 207 territórios já foram titulados pelo INCRA.

Desde 2008, a FCP também atua nos processos de licenciamento ambiental realizado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e órgãos estaduais ambientais. Atualmente, acompanha mais de 300 empreendimentos em todo o Brasil, em cerca de 950 comunidades, incluindo a de Pitanga dos Palmares.

Serviço

Palmares no Quilombo – Pitanga dos Palmares

Dia: 26 de outubro (sábado) das 9h às 17h

Local: Centro Comunitário Nova Esperança – Comunidade Pitanga de Palmares

Mais informações: (71) 3322-3488 / (71) 3321-9188



Situação dos guaranis-kaiowás é a que mais preocupa o governo, diz Gilberto Carvalho

SÍTIO REVISTA GLOBO RUAL, 23.10.2013

Indígenas pediram uma posição quanto aos assassinatos em conflitos de terra

por Agência Brasil



Guaranis-kaiowás pediram urgência na tomada de providências sobre conflitos (Foto: Marcello Casal Jr./ABr)

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, recebeu ontem (22/10) dezenas de crianças e adolescentes indígenas guaranis-kaiowás de aldeias que enfrentam conflitos com fazendeiros em Mato Grosso do Sul, e disse que esse é o mais importante problema da questão indígena enfrentado pelo governo.

“Estamos indo e vindo, discutindo e fazendo propostas, e não vamos descansar enquanto não tiver resolvida a situação de vocês”, disse o ministro, após receber uma carta de duas páginas com reivindicações sobre as demarcações de terras indígenas, assinada pelos jovens.

Eles pertencem às aldeias Tey'i Kue, Panambizinho, Kurusu Amba, Ypo'i e Guaiviry, e participaram ontem do 1º Fórum Direitos e Cidadania na Visão de Crianças e Adolescentes Guarani-Kaiowá, na Câmara dos Deputados, em que cobraram mais acesso à educação e à saúde.

Gilberto Carvalho disse aos índios que a situação dos “guaranis é sobretudo o que mais aflige a gente” e que o governo está muito preocupado com a questão. Entre comitês e fóruns, o governo tem conversado com lideranças indígenas para resolver conflitos sobre a demarcação de terras em regiões específicas, como é o caso dos estados de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul.

Em agosto, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acordou com produtores rurais e representantes indígenas o repasse de recursos para a indenização dos proprietários da Fazenda Buriti, localizada em Sidrolândia (MS), onde o índio terena Oziel Gabriel morreu no dia 30 de maio durante reintegração de posse de duas fazendas.

CONT.



Na carta de reivindicação, no entanto, as crianças e adolescentes guaranis-kaiowás relatam que as comunidades têm se sentido “desrespeitadas em função da paralisação e do retrocesso nas conversas”. Segundo o documento, as ocupações na região voltaram a ocorrer por falta de paciência com as negociações, que chegaram a um “perigoso impasse. [...] É urgente que se tomem providências!”, diz ainda o documento.

O jovem Editon Marques Pain disse que o motivo da presença deles em Brasília é apresentar as reivindicações dos direitos dos povos indígenas. “Pelo que sei, o governo está se afastando de nós, mas o que procuramos vamos conseguir no futuro. Ele [O ministro] disse 'não se preocupem, daqui a um dia vai aparecer o que vocês estão solicitando'”, declarou Editon, membro da Aldeia Tey'i Kue.

A liderança indígena Oriel Benitex-Kaiowá, do Conselho Aty-Guasú, disse que a principal demanda do encontro é a criação de uma política voltada para os guaranis-kaiowás. Segundo Oriel, centenas de líderes foram mortos nos últimos anos sem haver investigações nem punições. Em algumas situações, ressaltou, os corpos dos índios sequer foram encontrados. “A cultura do povo Kaiowá e Guaraní diz que nós temos que se despedir do nosso parente que caiu, a partir do momento que estamos ali, de frente, com o corpo dele”, declarou.

De acordo com Dirce Carrion, coordenadora da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Imagem da Vida, que organizou o fórum, as cinco aldeias guaranis-kaiowás, representadas na visita ao ministro, fazem parte das comunidades que mais apresentam problemas de segurança, demarcação das terras, e assassinatos de lideranças indígenas. “A ideia do fórum é trazer essas demandas pela voz das crianças, dos adolescentes que são os que mais sofrem. Os guaranis-kaiowás têm hoje os índices mais elevados de suicídio de jovens indígenas do mundo”, disse.

A carta pede ainda posição do governo quanto aos assassinatos de índios em conflitos de terra e o arquivamento de projetos no Congresso Nacional criados para “atacar os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal”, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transmite ao Legislativo a prerrogativa da demarcação das terras. Em janeiro, um novo fórum deve reunir 200 crianças guaranis-kaiowás de todas as aldeias de Mato Grosso do Sul.

Índios saem do encontro para fechar a BR-319
SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 23.10.2013



MONTEZUMA CRUZ

Minutos depois do encerramento do Encontro das Lideranças do Movimento Morogita/Kagwashiva, representantes de povos indígenas do sudoeste amazônico e de Rondônia começam agora a se posicionar para fechar a Rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho). A informação foi dada por Ivaneide Bandeira, da organização não-governamental Kanindé.

As lideranças encerraram na manhã de hoje o encontro no qual debateram políticas públicas para o território indígena e as 19 condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR). O documento que resume o encontro será divulgado no início da tarde.

Reunidos em Humaitá (AM), a duzentos quilômetros de Porto Velho (RO), os índios deixaram há pouco o local do encontro, saindo em passeata desde a Universidade Federal do Amazonas. Eles interromperão o tráfego na rodovia à altura da sede da Associação Atlética Banco do Brasil. Protestarão contra propostas de emendas constitucionais e projetos de lei considerados prejudiciais aos povos indígenas brasileiros, hidrelétricas de Tabajara, Belo Monte e Complexo do Madeira (Jirau e Santo Antônio).

No Xingu, a situação de saúde dos povos indígenas é delicada, informa a Rádio CBN. "Se em 1965 doenças como a malária, as infecções respiratórias e a diarreia eram as principais causas

CONT.



de morte de índios no Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, hoje a doença de maior incidência entre eles é a hipertensão arterial", informa a emissora, com base em levantamento feito pelo Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo (USP), apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado e do Projeto Xingu.

É grave

"Atualmente, a malária está sob controle. Embora as doenças infecciosas e parasitárias ainda sejam relevantes em termos de mortalidade, são os males crônicos não transmissíveis, como a hipertensão, a intolerância à glicose e a dislipidemia, que mais cresceram nos últimos anos entre os índios da região", divulga a USP.

Para essa pesquisa foram entrevistados e examinados 179 índios khisêdjês, moradores da área central do Parque do Xingu, no período de 2010 a 2011. A análise dos resultados mostrou a prevalência de hipertensão arterial (10,3% do total) em ambos os sexos, sendo que 18,7% das mulheres e 53% dos homens apresentaram níveis de pressão arterial preocupantes.

A intolerância à glicose foi identificada em 30,5% das mulheres e em 17% dos homens. A dislipidemia (aumento anormal da taxa de lipídios no sangue) apareceu em 84,4% dos participantes dos dois sexos.

Em entrevista à Agência Brasil, a pesquisadora Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo Perfil Nutricional e Metabólico dos Indígenas Khisêdjê, disse que algumas alterações estão sendo constatadas, principalmente nos últimos 15 anos. Na pesquisa anterior, divulgada pelo grupo no começo de 2000 e feita com os mesmos índios, a doença mais relevante era a dislipidemia. "Era impressionante a proporção [de dislipidemia]. Muito maior que nos estudos que se faz com população não indígena", disse ela.



Supremo julga recursos da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 23.10.2013

Os ministros também devem analisar se as condicionantes podem ser aplicadas nas demarcações de outras terras indígenas

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento dos recursos apresentados pelos envolvidos na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em 2009, o STF decidiu que a demarcação foi válida mas estabeleceu 19 condicionantes, que são contestadas, principalmente, pelas comunidades indígenas e pelo governo de Roraima. O relator dos recursos é o ministro Luís Roberto Barroso. A sessão é acompanhada por cerca de 60 indígenas. O Supremo permitiu que eles entrem no plenário usando seus adereços típicos.

Nos embargos de declaração, recursos que prevêm o esclarecimento de contradições ou omissões no acórdão, o texto final do julgamento. Os ministros também devem analisar se as condicionantes podem ser aplicadas nas demarcações de outras terras indígenas. Após a decisão do STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou uma portaria estabelecendo que advogados e promotores públicos devem observar o cumprimento das mesmas condições impostas à Raposa Serra do Sol em qualquer processo demarcatório, inclusive nos já finalizados.

A chamada Portaria 303 gerou protestos de índios e de organizações indigenistas e foi suspensa em 2012. Ela voltará a ser aplicada se os ministros do STF entenderem que as condicionantes valem para outros processos de demarcação de terras indígenas.

Entre os autores dos sete embargos apontando omissões e contradições do processo, estão o governo de Roraima, que defende que o acórdão é omissivo em relação aos serviços de saúde, educação e de fornecimento de energia elétrica prestados pelo estado às comunidades indígenas. O antigo ocupante de uma fazenda, a Guanabara, garante que a propriedade foi incorretamente integrada à terra indígena já que uma sentença judicial transitada em julgado havia reconhecido a titularidade da área.

Outro embargo foi interposto por índios de sete comunidades - Socó, Barro, Maturuca, Jawari, Tamanduá, Jacarezinho e Manalai - que cobram esclarecimentos sobre a necessidade de obterem autorização para garimpar e sobre a necessidade de consulta prévia às comunidades indígenas sempre que uma iniciativa afetar seus interesses. O STF também vai ter que esclarecer a hipótese de os limites das terras indígenas já demarcadas não poderem mais ser ampliadas e as condições para o ingresso, o trânsito e a permanência de não índios em terras indígenas.



Jogos dos Povos Indígenas aplicam ciência tradicional ao esporte

SÍTIO JORNAL BRASIL, 23.10.2013

Desde 1996, os Jogos dos Povos Indígenas reúnem etnias de todo o Brasil para celebrar suas tradições por meio do esporte. Um dos organizadores do evento, Carlos Justino Terena, abordou o assunto em palestra para alunos do 5º ano do ensino fundamental do Serviço Social do Comércio (Sesc) de Ceilândia, nesta terça-feira (22), na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2013.

As diferenças entre os Jogos Indígenas e o esporte de alto rendimento começam na filosofia de disputa. "Para nós, o mais importante não é ganhar, não é levar vantagem", disse Terena. "Nossa prioridade é a celebração da família, o encontro, a alegria, a dança, o canto e também os jogos em si".

Segundo o organizador, boa parte das modalidades sequer envolve etnias distintas, apenas indivíduos de um mesmo povo. São os jogos demonstrativos tradicionais, como lutas corporais e o futebol de cabeça (jikunahati).

Índios de origens diversas se enfrentam nos jogos nativos de integração – arco e flecha, arremesso de lanças, canoagem, cabo de força, corrida de tora, provas de velocidade e resistência e natação de travessia em águas abertas.

Além das modalidades demonstrativas e nativas de integração, os povos disputam partidas de futebol, classificadas como "jogos ocidentais". Realizam-se torneios femininos e masculinos. "A duração é de meia hora, com dois tempos de 15 minutos, a opção de usar ou não chuteira e a presença de juiz, figura ausente das provas tradicionais, assim como o relógio", explicou Terena.

Outra característica marcante dos Jogos Indígenas é a inexistência de pódio ou destaque para os vencedores das competições. "Não estamos buscando campeões", enfatizou o organizador. "Estamos buscando dignidade para o ser humano indígena. Todos os participantes ganham medalha".

Para o estudante Eduardo Caetano, de 10 anos, os Jogos ajudam a recuperar a cultura dos povos indígenas e servem de lição ao homem branco. "Eles não são como nós que, mesmo competindo com juiz, às vezes apelamos", disse após a palestra, em entrevista ao programa de rádio SemanaCT.

CONT.



Natureza

Todos os materiais utilizados nas provas demonstrativas e de integração têm fabricação indígena, a partir de substâncias encontradas na floresta. Cada povo leva, por exemplo, suas flechas e seus remos. Bolas são feitas de resina vegetal e até o fogo que acende a tocha em homenagem ao evento é obtido por técnicas milenares, como o atrito de pedras e a fricção de paus.

A próxima edição, a 12ª, acontece de 8 a 16 de novembro, em Cuiabá. Segundo Terena, a organização deve reservar três ou quatro dias para as etnias fabricarem seus utensílios. "A gente quer observar essas práticas e entender como é a tecnologia de cada povo. Sabemos que um pessoal do Xingu usa um tipo de folha em uma das fases da produção da bola, para que ela fique maior. Já outros povos utilizam uma resina que deixa o material mais pesado".

O período de realização dos jogos, sempre no segundo semestre, também segue preceitos tradicionais de sustentabilidade, uma vez que as arenas costumam ser montadas em matas próximas às cidades-sede. As competições acompanham o início da estação chuvosa, para facilitar o reflorestamento.

"Quando a gente começa a montar os Jogos, em qualquer lugar do Brasil, escolhe um lugar ermo, no meio do mato, digamos assim, e leva um pajé para olhar se realmente pode ser ali", contou Terena. "Antes de desmatar, a gente pede licença à natureza para usar aquele lugar, que não é nosso, mas do passarinho, do tiú, da cobra, da minhoca, da formiga." Ao final das disputas, cada etnia participante planta uma árvore de uma espécie nativa.

Por motivos culturais, as competições acontecem em dias e noites de lua crescente. "Os Jogos são bons para nós e para o branco, porque esse tipo de demonstração precisa entrar no coração da pessoa", afirmou. "Por que realizamos na cidade e não na aldeia? Porque queremos mostrar ao branco quem somos nós. A partir do momento que você conhece, passa a respeitar."

Organizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, os Jogos têm apoio do Ministério do Esporte. A 12ª edição ocorre em um jardim botânico de Cuiabá, com previsão de 1.600 índios de 48 etnias nacionais e 16 etnias estrangeiras. Segundo Terena, discute-se a criação de um evento mundial.

Fonte: Ascom do MCTI



Direito dos quilombolas à terra que ocupam é aprovado pela CDH

SÍTIO SENADO FEDERAL, 23.10.2013

Marília Coêlho e Rodrigo Baptista

O direito dos remanescentes das comunidades quilombolas à terra que ocupam foi aprovado nesta quarta-feira (23) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto de lei do Senado (PLS) 418/2012, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), inclui no Estatuto da Igualdade Racial um capítulo sobre os direitos dos quilombolas. A proposta segue agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

O autor da proposta disse que a questão da terra dos remanescentes de quilombos estava no projeto original do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12288/2010), mas acabou sendo deixado de fora da lei pela polêmica suscitada no debate do texto.

“O futuro chegou. E esta Casa legislativa não pode furtar-se a dar continuidade aos debates em benefício de uma parcela da população já bastante marginalizada. Nós, legisladores, estamos em dívida com as comunidades quilombolas”, afirmou Paim.

O projeto define os remanescentes das comunidades de quilombos e as terras ocupadas por eles. Além disso, trata do reconhecimento, demarcação e titulação das terras, o que atualmente é regido pelo Decreto Federal 4887/2003. No entanto, para o autor, a regulamentação não tem a mesma estabilidade que a lei ordinária pode oferecer.

O texto foi aprovado com relatório favorável do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Para ele, o Senado tem uma oportunidade de aprimorar o Estatuto da Igualdade Racial e avançar na garantia dos direitos dos quilombolas.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Órgãos estaduais e federais anotam demandas em audiência pública sobre quilombolas das RMs e do Recôncavo

SÍTIO IGUALDADE RACIAL BA, 23.10.2013



Os representantes de 44 comunidades quilombolas da Região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo Baiano apresentaram, na última terça-feira (22/10), durante audiência pública na Antiga Escola de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, os graves problemas pelos quais passam. Reafirmaram ainda a expectativa de que os órgãos federais e estaduais respondam com urgências as demandas relatadas.

A audiência pública, que atendeu à reivindicação dessas comunidades, foi articulada pela Sepromi, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), Movimento de Pescadoras e Pescadores, Conselho Pastoral de Pescadores e Associações Quilombolas do Recôncavo e RMS. O objetivo foi obter informações dos órgãos sobre as necessidades urgentes das comunidades discutidas em reuniões em abril e agosto deste ano – como titulação, Relatórios Técnicos Antropológicos (RTIDs), regularização fundiária, certificações, conflitos de posse de terra .

A audiência foi finalizada com o compromissos estabelecidos pelos órgãos estaduais e federais de retomar as pautas apresentadas pelas comunidades para maior aprofundamento e detalhamento das ações previstas e em execução. A apresentação da agenda quilombola aos gestores municipais dos dois territórios (RMS e Recôncavo) também foi uma das decisões da reunião, buscando o envolvimento e comprometimento também das prefeituras. O fortalecimento da articulação entre os órgãos vinculados à regularização fundiária dos territórios tradicionais também é uma consequência esperada.

CONT.



A Sepromi, através da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT), também se comprometeu em sistematizar as respostas dos representantes da esfera federal e estadual e encaminhá-las aos órgãos para que sejam complementadas e detalhadas em suas informações.

Foram cerca de oito horas de diálogo, com a presença da procuradora do Ministério Público Federal (MPF), Débora Duprat; do presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP), Hilton Cobra; do representante da FCP na Bahia e Sergipe, Fábio Santana; da procuradora jurídica da FCP, Dora Bertúlio; do superintendente do Incra, Luiz Gugé; da coordenadora de políticas públicas do Ministério de Desenvolvimento Agrário na Bahia (MDA), Gildete Calumbi; da representante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Silvany Euclênio; do chefe de gabinete da Sepromi, Ataíde Lima; da ouvidora da Defensoria Pública do Estado, Tânia Palma.

Na ocasião, foram denunciadas diversas situações de agressão aos territórios quilombolas e pesqueiros, envolvendo grandes empreendimentos em curso na região, tendo como consequência a piora das condições de vida e trabalho, em torno, majoritariamente, da pesca artesanal e da agricultura familiar. Esses fatos, além do ainda insuficiente acesso às políticas públicas, têm gerado grande insatisfação nas comunidades.

A quilombola de Ilha de Maré Eliete Paraguassu, do Movimento de Pescadoras e Pescadores, abriu a fala dos representantes das comunidades preocupada com o que considera a tentativa de privatização de mares e rios. "Nossos mares estão sendo vendidos ou leiloados. Tem pedreiras constantemente nos ameaçando. Muitos empreendimentos não tem preocupação ambiental e estão poluindo os mares. Vivemos cheios de problemas. Se a certificação e a titulação não chega, as empresas chegam e contaminam nossas regiões. Queremos demarcação dos nossos territórios já. Queremos pescado de qualidade. Nossa alimentação está comprometida" desabafou.

Única coisa que queremos é ter nossos direitos assegurados. Poder permanecer em nossas terras, sobreviver de nosso plantio, da nossa pesca. Ter acesso à saúde e educação. Não queremos sair do território onde estamos, desde nossos antepassados, para viver nas periferias das cidades, desabafou a quilombola Rosemeire Santos, do Rio dos Macacos

Ainda sobre os problemas, foi relatado a construção de um presídio e de uma linha férrea dentro do quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho. "Estamos sendo vítima do modelo de desenvolvimento que está sendo imposto", acrescentou.

O quilombola Carlos, da comunidade Acupe, em Santo Amaro, lembrou que a comunidade São Braz teve uma área tomada por uma fábrica de bambu e condenou a

ocupação na comunidade Alta do Cruzeiro, que, segundo ele, resultou na expulsão de crianças e moradores tradicionais. "Em Salinas, fazendeiros implantaram cercas onde se vive da pesca artesanal", reclamou.

Rosemeire Santos, quilombola do Rio dos Macacos, que vive um grande impasse na Justiça, por causa de uma disputa de território com a Base Naval de Aratu, reforçou que as

CONT.



comunidades não querem briga, mas apenas os direitos assegurados. “Não queremos negociar com ninguém. Apenas nossos direitos. Estamos lá há mais de 200 anos, a Base Naval chegou depois de nós. Não temos rede de esgoto, água nem energia.

Visibilidade - Para Teresa do Espírito Santo, Coordenadora de Políticas para as Comunidades Tradicionais (CPCT), a Audiência Pública foi muito importante para dar maior visibilidade aos problemas e necessidades das comunidades quilombolas da RMS e Recôncavo. “Fica evidente que precisamos avançar no diálogo entre governo e movimentos sociais representativos desses segmentos e na construção de políticas e ações que tragam como resultado a superação das dificuldades históricas que a população quilombola e pescadora da Bahia tem enfrentado”, destacou.

Entre as principais demandas apresentadas, estão a inserção de formações das comunidades quilombolas nas escolas; o cumprimento da Lei 10.639, que insere a História da África nas escolas; a implantação de cursos pré-vestibular nas comunidades; o fortalecimento de atividades artísticas; a defesa das comunidades que sofrem ataques judiciais; a criação de uma Procuradoria Federal Especial e a Política Nacional de Saúde para as comunidades quilombolas; a aceleração nos processos de RTID (relatórios antropológicos) das comunidades de Acupe, Cambute, Dom João, Tororó e Enseada; e ao MDA foi pedido o desenvolvimento da agricultura familiar e espaços para a criação de pequenos animais; além da instalação de casas de farinha.

As comunidades pedem a criação de estradas para escoar produções, aquisição imediata das terras que compõem o território da comunidade Solamine, publicação do decreto de desapropriação por interesse social de São Francisco da Paraguassú, publicação imediata dos RTIDs das comunidades do Rio dos Macacos, Guaí, Ilha de Maré, São Braz e Santiago; e a discriminatória das áreas da União da região das comunidades quilombolas do Recôncavo. O Combate ao extermínio dos quilombolas e a publicação imediata dos mapas da comunidade também foram discutidos durante a reunião.

Órgãos federais e estaduais mostram ações já desenvolvidas e se comprometem com demandas apresentadas

Apesar de uma visível insatisfação dos quilombolas diante das ações governamentais, os representantes dos órgãos pontuaram suas ações, elogiaram a força dos movimentos e associações de quilombolas na construção da audiência e saíram de lá comprometidos a levar às suas autoridades as demandas urgentes.

A procuradora do MPF, Debora Duprat, informou que no dia 20 de novembro haverá uma reunião nacional para propor ações para que os processos sejam acelerados. “O MPF encaminhou ao Censo do IBGE um solicitação para que todas as comunidades quilombolas sejam localizadas. Solicitamos aos órgãos estaduais que divulguem as políticas para as comunidades e tudo o que for relacionado a elas, como inclusive o acesso aos recursos.

CONT.



Encaminhamos também ao Ministério da Pesca um pedido de resposta sobre as políticas que estão cerceando os rios. Propomos ainda com relação à pesca ações para defender as mulheres de pescadores. Acreditamos que elas precisam ser beneficiadas, como asseguradas especiais”, disse.

Gildete Calumbi, coordenadora de políticas especiais do MDA, disse que já providenciou o encaminhamento da universalização da Declaração de Aptidão (DAP), utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF. “A expectativa é que em 2014 todas as comunidades da RMS e do Recôncavo tenham realizado a declaração. Até o final de 2013 esperamos ter 10 mil famílias atendidas”, afirmou.

O superintendente do Incra, Luiz Gungé, lembrou que, apesar das dificuldades orçamentárias e de recursos humanos, mais cinco antropólogos foram incorporados ao Instituto para colaborar com a elaboração de RTIDs e, através da Mesa Estadual Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas da Bahia, chegaram a resultados concretos. Segundo a antropóloga do órgão, Elisa Cunha, o Incra vai licitar 20 RTIDs. “Estamox com 194 processos abertos de regularização fundiária. Mas temos poucos técnicos. Estamos também com 26RTIDs em execução. Destes, cinco são solicitados para as comunidades do Recôncavo que, até ano que vem, serão licitados”, garantiu.

Uma novidade também foi relatada durante a audiência: a notícia da descentralização de R\$ 472,5 mil para a indenização de sete imóveis rurais que compõem cinco territórios quilombolas da Bahia, um dos destaques da segunda reunião da Mesa Estadual Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas, ocorrido no dia 09 de outubro, na sede do Incra, em Salvador.

O recurso beneficia 677 famílias que vivem nos territórios quilombolas: Pau D’arco Parateca, situado no município de Malhada, no Oeste; Mata do Sapé e Samambaia, em Riacho de Santana, no Velho Chico; e Olhos D’água do Basílio e Agreste, no município de Seabra, na Chapada Diamantina.

Segundo a representante do SPU, Rita Rodrigues, “estamos dialogando para que esse número possa ser maior, e discutiremos isso na reunião do dia 20 de novembro, a nível nacional”, declarou.

A representante da Seppir, Silvany Euclênio, à pedido da ministra Luiza Bairros, ressaltou a importância dos municípios conhecerem melhor os direitos das comunidades quilombolas. “Quase todas as políticas públicas chegam através do município, então, tem dinheiro do governo federal, mas falta informação. O município precisa conhecer melhor os procedimentos. O governo passa a verba para o Estado, este para o Município, mas a comunidade não tem conhecimento”, disse.

Conforme Silvany, 37 prefeituras com comunidades quilombolas solicitaram ao Ministério de Educação (MEC) formação de professores. A verba, de acordo com o MEC, deve sair em 2014.

CONT.



Sobre distribuição de cestas de alimentos para as comunidades, o representante do FCP na Bahia e em Sergipe, Fábio Santana, disse que existe o programa dentro do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e que a cobrança tem sido feita insistentemente. "O MDS informa que a seca dificultou a distribuição das cestas em muitas comunidades".

A procuradora jurídica da FCP, Dora Bertúlio, disse ainda que foi sugerido um núcleo especial dentro das Procuradorias Federais que trate da questão quilombola. "Enquanto isso não acontece, sugerimos também cursos de formação jurídica para os procuradores, com ênfase nas relações raciais e direitos quilombolas. Esperamos que isto seja aplicado já em 2014", comentou.

Presidente da FCP, Hilton Cobra quer uma reunião com titulares das pastas dos órgãos federais e estaduais, além dos ministros. "Se eles estão preocupados, precisam comparecer", declarou.

Representando a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), Selma Santos informou que será feita a publicação, até o final de 2013, com as diretrizes estaduais de educação para as comunidades quilombolas. "E até o final de janeiro faremos uma publicação com o diagnóstico da aplicação da Lei 10.639. Estamos criando também mecanismos para a fiscalização dessas diretrizes e temos planos de formação em educação quilombola que até final de novembro estará concluído". Selma anunciou ainda que entre os dias 11 e 13 de novembro acontecerá o Fórum Intersectorial Quilombola da SEC. "Esperamos em 2014 em todos os territórios municipais ter professores com formação quilombola", disse, em nome da secretaria.

Com a aprovação da Lei 12.910 – que autoriza o estado a regularizar as terras devolutas ocupadas por comunidades quilombolas e de Fecho e Fundo de Pastos –, a coordenadora do Núcleo de Ação em Quilombos da Bahia, Nadia Barreto acredita que as regularizações serão adiantadas. "Nosso diagnóstico está em fase de conclusão".

Representante da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), vinculada à Secretaria da Agricultura (Seagri), Samuel Leite afirmou que até o final de dezembro espera-se emitir mais três mil Declarações de Aptidão (DAP) do PRONAF.

Participaram ainda da Audiência a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (AATR); da Confederação Nacional Quilombola (Conaq) e Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDC). Participaram ainda os militantes das comunidades Rio dos Macacos, Pitangas e Guerem.